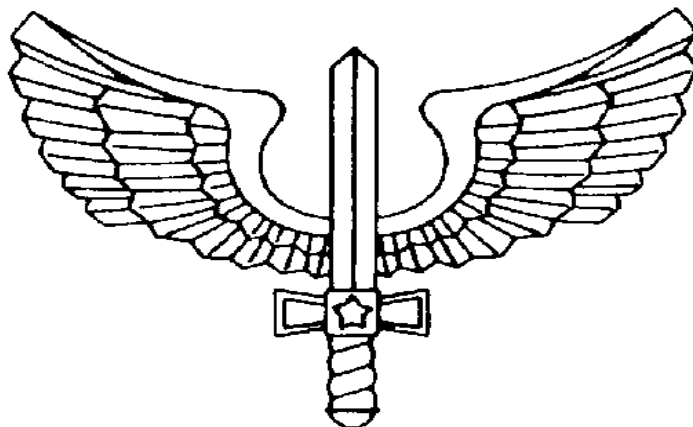


MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA



SERVIÇOS DE PESSOAL

RMA 34-1

REGULAMENTO INTERNO DOS
SERVIÇOS DA AERONÁUTICA
(RISAER)

26 Fev. 93

Portaria N° 1.048/GM3, de 30 de DEZEMBRO de 1992

(*) Aprova o Regulamento Interno dos Serviços da Aeronáutica.

O MINISTRO DE ESTADO DA AERONÁUTICA, usando da atribuição que lhe confere o inciso IV do parágrafo único do artigo 87 da Constituição e, tendo em vista o disposto no Decreto n° 90.741, de 20 de dezembro de 1984, resolve:

Art. 1° Fica aprovado o Regulamento Interno dos Serviços da Aeronáutica (RISAER), elaborado pelo Estado-Maior da Aeronáutica.

Art. 2° Os Órgãos de Direção Setorial estão autorizados a propor ao Estado-Maior, dentro de um ano a contar desta data, as modificações julgadas convenientes para o aperfeiçoamento deste Regulamento.

Art. 3° A revisão deste Regulamento, a cargo do Estado-Maior da Aeronáutica, será realizada sempre que fatos justifiquem essa medida.

Art. 4° Esta Portaria entrará em vigor 30 (trinta) dias após a sua publicação, considerando revogados os Decretos n° 76.780, de 11 de dezembro de 1975, n° 83.110, de 30 de janeiro de 1979, e n° 85.509, de 15 de dezembro de 1980, nos termos do Decreto n° 90.741, de 20 de dezembro de 1984.

LÉLIO VIANA LÔBO
Ministro da Aeronáutica

Bol. Ext. Ost N° 002, de 26 Jan. 93 - EMAer.

Obs. Atualizado pelo CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E HISTÓRICO DA AERONÁUTICA em 04 Jul. 97, conforme Portaria 424/GM3, de 19 Jun. 97 (D.O. DE 24-06-97)

SUMÁRIO

TÍTULO I	GENERALIDADES	7
Capítulo I	Finalidade	7
Capítulo II	conceituação	7
TÍTULO II	ATIVIDADES DE ROTINA NAS ORGANIZAÇÕES	7
Capítulo I	Serviço de Escala	7
Capítulo II	Escala de Serviço	9
Capítulo III	Parada de Pessoal de Serviço	10
Capítulo IV	Atribuições Comuns do Pessoal de Serviço	12
Capítulo V	Serviços Individuais de Oficiais	12
Capítulo VI	Serviços Individuais de Suboficiais e Sargentos	19
Capítulo VII	Serviços Individuais de Cabos e Soldados	23
Capítulo VIII	Serviços de Equipes	28
Capítulo IX	Disposições comuns para o Pessoal de Serviço	31
Capítulo X	Serviço Externo	31
Capítulo XI	Revista	32
Capítulo XII	Formaturas	32
Capítulo XIII	Instruções nas Organizações	33
Capítulo XIV	Rancho	34
TÍTULO III	SITUAÇÕES ESPECIAIS DAS ORGANIZAÇÕES	35
Capítulo I	Generalidades	35
Capítulo II	Sobreaviso	36
Capítulo III	Prontidão Parcial	36
Capítulo IV	Prontidão Total	37
TÍTULO IV	SITUAÇÃO DO PESSOAL NAS ORGANIZAÇÕES	38
Capítulo I	Movimentação	38
Capítulo II	Inclusão - Exclusão - Desligamento ...	42
Capítulo III	Adição	43
Capítulo IV	Apresentação	44
Capítulo V	Substituição	46
Capítulo VI	Falecimento de Militar	47
Capítulo VII	Arrolamento de Bens	50
TÍTULO V	AFASTAMENTOS TEMPORÁRIOS DE SERVIÇO	51
Capítulo I	Licenças	51
Capítulo II	Férias	55
Capítulo III	Dispensa do Serviço	57
Capítulo IV	Núpcias, Luto, Instalação e Transição	58
TÍTULO VI	GUARNIÇÃO	60
Capítulo Único	Guarnição	60
TÍTULO VII	ASSUNTOS GERAIS	61
Capítulo I	Galeria de Retratos	61
Capítulo II	Bandeira Nacional	63
Capítulo III	Estandartes - Insígnias de Autoridades - Brasões - Emblemas - Flâmulas	63
Capítulo IV	Centros Sociais	66
Capítulo V	Disposições Gerais	66

ANEXOS	67
Anexo 1 Ficha de Apresentação.....	67
Anexo 2 Folha de Registro de Entrada.....	68
Anexo 3 Ficha de Atualização.....	69
Anexo 4 Galeria de Retratos.....	70

TÍTULO I

Generalidades

CAPÍTULO I

Finalidade

Art. 1º - O presente Regulamento tem por finalidade regular a execução dos diferentes serviços e estabelecer os procedimentos de rotina nas organizações do Ministério de Aeronáutica.

CAPÍTULO II

Conceituação

Art. 2º - Os significados dos termos não dicionarizados empregados neste Regulamento estão definidos, na sua totalidade, no Glossário do Ministério da Aeronáutica - MMA 950-1.

TÍTULO II

Atividades de Rotina nas Organizações

CAPÍTULO I

Serviço de Escala

Art. 3º - Serviço de Escala é aquele atribuído, periodicamente, a determinada pessoa ou grupo de pessoas, independentemente das atribuições normais permanentes que lhes couberem.

Art. 4º - As organizações mantêm os serviços de escala de acordo com suas necessidades e possibilidades, obedecidas as prescrições constantes deste Regulamento.

Art. 5º - Os Serviços de Escala são:

I - atribuídos a Oficiais:

- a) Superior-de-Dia;
- b) Oficial-de-Dia;
- c) Oficial-de-Operações;
- d) Fiscal-de-Dia; e
- e) Médico-de-Dia.

II - atribuídos a Suboficial e Sargentos:

- a) Adjunto ao Oficial-de-Dia;
- b) Auxiliar do Fiscal-de-Dia;
- c) Sargento-de-Dia;
- d) Comandante-da-Guarda;
- e) Enfermeiro-de-Dia; e
- f) Eletricista-de-Dia.

III - atribuídos a Cabos, Soldados e Taifeiros:

- a) Cabo-da-Guarda;
- b) Cabo-de-Dia;
- c) Sentinela;
- d) Plantão; e
- e) Taifeiro-de-Dia.

IV - atribuídos a uma equipe da Organização:

- a) Serviço de Guarda;
- b) Serviço de Plantão;
- c) Serviço de Manutenção;
- d) Serviço de Contra-Incêndio; e
- e) Patrulha.

Art. 6º - Além dos serviços previstos no artigo 5º, outros podem ser adotados, a critério do Comandante, em face da missão ou das necessidades da organização, tais como: Oficial de Permanência Operacional, Fiscal de Dia ao Rancho, Bombeiro-Hidráulico-de-Dia, Corneteiro-de-Dia e outros.

Parágrafo único - As obrigações do pessoal de serviço de que trata este artigo são fixadas pelo respectivo Comandante.

Art. 7º - A quantidade, a graduação e a especialidade do pessoal escalado para os serviços dependem do vulto e da natureza do serviço a executar.

Art. 8º - Quando o vulto de determinado serviço o exigir, outros militares podem ser escalados como auxiliares.

Art. 9º - O militar sem experiência para o desempenho de determinado serviço de escala será, inicialmente, escalado como auxiliar.

Parágrafo único - Se mais antigo, terá um assistente no primeiro serviço na nova unidade.

Art. 10 - Quando o número de Oficiais e Aspirantes-a-Oficial, que concorrem à escala de Oficial-de-Dia, for menor que 6 (seis), é ativado o serviço de Fiscal-de-Dia que substitui o de Oficial-de-Dia.

Art. 11 - O Comandante especifica as escalas de serviço que são publicadas em boletim e as que são divulgadas por meio de relação afixada em locais adrede preparados.

Art. 12 - Atribui-se determinado serviço, sempre que possível, à mesma fração de tropa.

Art. 13 - Nos limites de sua competência, o Comandante deve estabelecer normas complementares, detalhando a execução de cada serviço.

CAPÍTULO II Escala de Serviço

Art. 14 - Escala de Serviço é a relação nominal de pessoas ou fração de tropa destinadas à execução dos serviços de escala.

Art. 15 - Para os dias em que não houver expediente, deve haver uma escala especial.

Art. 16 - O militar que concorre a determinado serviço de escala é relacionado em documento próprio que se constitui na escala do referido serviço, escriturada e mantida em dia pelo respectivo responsável, sendo nela registrados os serviços executados, bem como as alterações havidas.

Art. 17 - Entre dois serviços de escala, de igual natureza ou não, deve-se observar, para o mesmo militar, uma folga de 48 (quarenta e oito) horas, sempre que possível.

Art. 18 - A designação para determinado serviço deve recair em quem tenha maior folga na escala.

§ 1º - Em situação de igualdade, a escala será organizada na ordem inversa de antigüidade.

§ 2º - Para contagem de folga, o serviço individual é considerado como executado desde que o designado o tenha iniciado; do mesmo modo, o coletivo, desde que a tropa tenha prestado o compromisso de entrada em serviço.

§ 3º - No caso de restabelecimento de um serviço, leva-se em consideração, sempre que possível, para contagem de folgas, a escala anterior desse serviço.

Art. 19 - A designação para o serviço de escala é feita de véspera, em princípio.

Art. 20 - Quando o número de praças da graduação prevista para a execução de determinado serviço for menor que o exigido, podem ser incluídas as praças de graduação imediatamente inferior a fim de completarem o número necessário.

Art. 21 - Ao serviço de escala concorrem, normalmente, todos os oficiais e praças prontos, quaisquer que sejam os quadros e especialidades.

Art. 22 - Os militares adidos, desde que não haja incompatibilidade, concorrem, normalmente, às escalas de serviço.

Art. 23 - As praças prontas para o serviço são escaladas levando-se em consideração a especialidade.

Art. 24 - Os cadetes e alunos das escolas de formação concorrem ao serviço de acordo com os regulamentos e instruções das respectivas escolas, adequando-se, tanto quanto possível, ao estabelecido neste Regulamento.

Parágrafo único - As escolas de formação devem organizar serviço de escala, visando à preparação dos alunos para o futuro desempenho dos serviços previstos neste Regulamento.

CAPÍTULO III

Parada do Pessoal de Serviço

Art. 25 - A entrada diária em serviço de escala é precedida de cerimonial, cuja finalidade é realçar a responsabilidade de que está investido o pessoal de serviço.

Art. 26 - Nas organizações que dispuserem de meios e local adequados, o cerimonial deve constar de parada realizada na forma indicada no artigo 28 e subsequente, em horário previamente estabelecido.

Parágrafo único - Nas demais organizações, o cerimonial é realizado de acordo com a situação particular de cada uma, obedecendo, em linhas gerais, ao determinado neste capítulo.

Art. 27 - A supervisão do cerimonial de entrada de serviço é responsabilidade do chefe do órgão de pessoal da organização, podendo ser, a critério do Comandante, designado outro Oficial para presidi-lo.

Art. 28 - A parada do pessoal de serviço é comandada pelo Oficial mais antigo que entra de serviço, e consta de formatura, verificação de faltas, revista, apresentação ao Oficial que preside a cerimônia, desfile e continência.

Art. 29 - Como regra geral, o dispositivo para o cerimonial da parada do pessoal de serviço obedece às seguintes normas gerais:

I - o pessoal entra em forma da direita para a esquerda na seguinte ordem: Banda de Música ou Marcial, Oficiais e Praças de acordo com as normas fixadas em cada organização;

II - os Oficiais que saem de serviço mantêm-se em linha, em frente à tropa;

III - o comandante-da-parada, após verificar as faltas, passar em revista o pessoal de serviço, apresentar e obter do Oficial que preside a autorização para início da cerimônia, coloca-se a 10 (dez) passos do centro da tropa, de frente para ela e comanda:

a) "Parada - Ombro Armas";

b) "Parada em continência à Bandeira (ou ao Terreno), apresentar armas". (A Banda de Música ou Marcial executa os primeiros acordes da marcha batida);

c) "Parada - Ombro Armas", "Direita Volver"; e

d) "Parada a seus destinos - Ordinário marche". (O conjunto segue até um ponto determinado, de onde se dispersa, seguindo a seus respectivos destinos).

IV - o pessoal de serviço entra em forma com o armamento designado pelo Comandante da organização; e

V - nos dias não úteis, a cerimônia será abreviada, e caberá ao oficial mais antigo que entra ou sai de serviço presidir a cerimônia, e ao que se segue em antigüidade o comando da parada.

Parágrafo único - Em caso de mau tempo, a parada realizar-se-á em recinto coberto.

Art. 30 - O Oficial que entra e o que sai de serviço apresentam-se, a seguir, ao Comandante, ou a quem for designado, para dele receber as diretrizes especiais para o serviço.

§ 1º - Na seqüência, o Oficial-de-Dia dirige-se ao Corpo-da-Guarda e emite as suas instruções ao pessoal de serviço.

§ 2º - Na rendição das guardas é observado o previsto no Regulamento de Continências, Honras e Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas.

Art. 31 - O Comandante-da-Guarda recebe do seu antecessor as instruções vigentes e, na sua companhia, confere os presos, quando estes estiverem sob sua guarda, verificando a apresentação pessoal, condições físicas e sanitárias; e examina a limpeza, arrumação, higiene e segurança das dependências do Corpo-da-Guarda e xadrez, se for o caso.

Art. 32 - Assumido o serviço, o Comandante-da-Guarda transmite ao Cabo-da-Guarda as ordens em vigor e determina que se proceda à substituição das sentinelas, de tal forma que a Sentinela das Armas seja a última a ser substituída.

Parágrafo único - O Cabo-da-Guarda acompanhado do seu antecessor, assiste à transmissão das ordens pelas sentinelas da respectiva guarda.

Art. 33 - A seguir, o Comandante-da-Guarda apresenta-se ao Oficial-de-Dia participando-lhe qualquer irregularidade verificada.

Parágrafo único - Esta apresentação é feita em companhia do Comandante-da-Guarda que sai.

CAPÍTULO IV
Atribuições Comuns do Pessoal de Serviço

Art. 34 - Ao pessoal de serviço, além das atribuições específicas a cada serviço e das constantes de ordens e de instruções emanadas do Comandante, compete:

I - cumprir e fazer cumprir todas as instruções em vigor relativas ao serviço;

II - diligenciar para que as alterações havidas durante o serviço e as providências adotadas sejam comunicadas a quem de direito;

III - transmitir aos subordinados de serviço as ordens e instruções em vigor, fiscalizando sua execução;

IV - providenciar a substituição dos faltosos ou dos que, por ordem ou motivo de força maior, devam ser afastados do serviço;

V - apresentar-se ao chefe do setor competente ao assumir e ao passar o serviço;

VI - zelar pela limpeza, pela boa apresentação do pessoal e dos locais sob sua responsabilidade, acionando os elementos responsáveis, quando necessário;

VII - receber do antecessor, e passar ao substituto, os documentos relativos ao serviço;

VIII - conferir, verificar e receber do seu antecessor o material que passará à sua responsabilidade, efetuando rigoroso controle e fiscalização do material bélico, comunicando qualquer alteração constatada;

IX - manter-se no local previsto para o serviço a que foi escalado, salvo autorização de autoridade competente; e

X - usar e fiscalizar o uso da braçadeira de serviço.

CAPÍTULO V
Serviços Individuais de Oficiais

Superior-de-Dia

Art. 35 - Superior-de-Dia é o Oficial responsável pela segurança de uma organização em condições especiais ou em virtude de exigências peculiares a certa organização.

Art. 36 - O serviço de Superior-de-Dia é ativado quando houver necessidade de um Oficial de maior experiência e antigüidade à frente dos serviços, em virtude de qualquer anormalidade ou emergência, ou em situações normais, dependendo das peculiaridades da organização, a critério do Comandante.

Art. 37 - O Comandante de Guarnição pode ativar o serviço de Superior-de-Dia à Guarnição quando se fizer necessário coordenar os serviços dos Superiores-de-Dia ou dos Oficiais-de-Dia às organizações que compõem a Guarnição.

§ 1º - Para esse serviço, concorrem Oficiais das diferentes organizações em quantidades proporcionais a seus efetivos.

§ 2º - O Comandante da Guarnição é o responsável pelo estabelecimento das normas complementares para o serviço de que trata este artigo.

§ 3º - Os Oficiais do Serviço de Saúde concorrerão ao serviço de Superior-de-Dia nas organizações do Serviço de Saúde da Aeronáutica onde ele for ativado.

Art. 38 - O serviço de Superior-de-Dia é atribuído a Capitão ou Major.

Parágrafo único - Se a situação o exigir, a critério de Oficial-General, poderão ser incluídos Oficiais do posto de Tenente-Coronel.

Art. 39 - Compete ao Superior-de-Dia:

I - conhecer e cumprir as diretrizes emanadas do Comandante;

II - assumir, na ausência do Comandante, a coordenação da defesa da organização;

III - zelar pela eficiência das medidas de segurança;

IV - manter estreita ligação com o Comandante, informando-o de todas as ocorrências que demandam decisões de comando;

V - cumprir determinações de autoridade competente, cientificando, no menor prazo possível, ao Comandante;

VI - receber a apresentação dos demais oficiais de serviço, tomando ciência de como os serviços serão executados;

VII - receber, na ausência do Comandante, qualquer autoridade que chegue à organização;

VIII - supervisionar os serviços de escala e os serviços extraordinários quando existirem;

IX - registrar, no livro do Superior-de-Dia, todas as alterações ocorridas no serviço; e

X - apresentar-se ao Comandante tão logo este chegue à organização, cientificando-o das ocorrências havidas no serviço.

Parágrafo único - Entende-se por Comandante, o titular ou o seu substituto legal.

Oficial-de-Dia

Art. 40 - Oficial-de-Dia é o responsável pela segurança da organização e representante do Comandante na ausência deste e do seu substituto.

Parágrafo único - O Oficial-de-Dia, por delegação do Comandante, tem autoridade para intervir, na ausência dos responsáveis, em qualquer dependência, sempre que irregularidades afetem a segurança, a ordem, os bons costumes, a higiene e a disciplina.

Art. 41 - O serviço de Oficial-de-Dia é atribuído a Tenente e a Aspirante-a-Oficial de todos os quadros.

Art. 42 - O Oficial-de-Dia acumula as atribuições do "Oficial-de-Operações" quando este serviço não for ativado na organização.

Art. 43 - Ao Oficial-de-Dia, dentro de sua esfera de competência, no trato de questões ligadas à disciplina, à segurança da organização e ao funcionamento normal dos serviços, estão afetas as seguintes atribuições:

I - verificar, ao assumir o serviço, pessoalmente ou por intermédio de seus auxiliares, a existência de presos e detidos, tomando as medidas de segurança que se fizerem necessárias;

II - diligenciar para que presos não detenham armas em seu poder ou objetos perigosos que possam causar lesões pessoais ou danos materiais;

III - dar conhecimento ao Comandante, com a maior brevidade possível, das ocorrências que exigirem pronta intervenção do comando;

IV - reforçar ou ativar qualquer serviço quando as circunstâncias assim o exigirem;

V - conhecer as ordens relativas ao pessoal civil ou militar estranho à organização e zelar pela sua execução;

VI - providenciar alojamento e alimentação para as praças que se apresentarem após o expediente;

VII - providenciar o atendimento médico para os casos de emergência havidos fora do expediente e requisitar os socorros de emergência que se fizerem necessários;

VIII - fiscalizar o recolhimento de presos e a permanência de detidos nos locais previstos, ou a sua soltura quando para isso estiver autorizado;

IX - impedir a abertura de qualquer dependência fora do expediente, salvo pelo respectivo chefe ou por ordem deste ou por motivo imperioso que justifique tal medida, registrando este fato no "livro de partes do Oficial-de-Dia";

X - providenciar para que sejam transmitidas corretamente as ordens e executados os toques regulamentares, anunciando as formaturas e o início dos demais trabalhos da organização, nos horários previstos;

XI - certificar-se do fechamento correto das dependências que assim devam permanecer, e se as respectivas chaves se encontram no devido lugar;

XII - proceder ou atribuir ao seu Adjunto, as revistas regulamentares e as que se tornem necessárias;

XIII - assistir às refeições das Praças, tendo em vista a normalidade dos serviços do rancho e da disciplina;

XIV - zelar para que as Praças que tenham de sair fardadas da organização o façam devidamente uniformizadas;

XV - encaminhar pessoas, veículos ou tropas que pretendam entrar na organização e fiscalizar as que dela pretendam sair;

XVI - escalar para a ronda noturna o Auxiliar do Oficial-de-Dia (se houver), Adjunto e os Sargentos-de-Dia;

XVII - realizar, pessoalmente, rondas e revistas em horários não programados;

XVIII - receber e conferir todo material que entrar na organização ou dela sair fora das horas de expediente;

XIX - auxiliar o Oficial-de-Operações no que lhe for solicitado;

XX - receber o Comandante da organização;

XXI - receber qualquer autoridade civil ou militar e acompanhá-la até a presença do Comandante ou de outro Oficial, conforme normas da organização;

XXII - impedir, salvo motivo de instrução ou serviço normal, a entrada ou saída de qualquer tropa, exceto quando autorizado pelo Comandante;

XXIII - providenciar, dentro do expediente, junto ao chefe do órgão competente, a designação de militares para serviço extraordinário, devendo, fora do expediente, tal serviço ser executado a seu critério, por militares designados para o serviço diário de escala;

XXIV - providenciar, durante o expediente, junto ao escalante da organização, a substituição dos militares faltosos ao serviço ou que dele se ausentarem por qualquer motivo; e,

a) fora do expediente, essa substituição far-se-á com o pessoal disponível na organização.

XXV - providenciar alojamento para as tripulações e para os militares em trânsito, quando solicitado;

XXVI - cumprir e fazer com que sejam cumpridas as ordens relativas ao serviço de Oficial-de-Dia; e

XXVII - registrar no "livro de partes do Oficial-de-Dia", todas as alterações ocorridas no serviço.

Oficial-de-Operações

Art. 44 - Oficial-de-Operações é o Oficial responsável, pela assistência às aeronaves e tripulações em trânsito, bem como, fora do expediente, pela fiscalização de normas e instruções relativas ao tráfego aéreo.

Parágrafo único - Este serviço é normal nas organizações sede de unidade aérea, podendo, se o movimento aéreo não o justificar, ser exercido cumulativamente com o de Oficial-de-Dia, a critério do Comandante.

Art. 45 - O serviço regular de Oficial-de-Operações é atribuído a Tenente e Aspirante-a-Oficial do Quadro de Oficiais Aviadores.

Parágrafo único - No interesse do serviço, a critério do Comandante, poderão concorrer a ele Oficiais de outros quadros, do mesmo posto previsto no caput deste artigo.

Art. 46 - Compete ao Oficial-de-Operações:

I - inspecionar a área útil do aeródromo quanto ao estado de conservação e existência de animais, de objetos ou obstáculos que possam causar danos às aeronaves ou prejudicar-lhes a operação;

II - não permitir a circulação de veículos e de pedestres pelas pistas e áreas de estacionamento, de acordo com as normas e ordens pertinentes ao serviço;

III - zelar pelas medidas de segurança aérea estabelecidas para a área útil do aeródromo;

IV - na contingência ou ocorrência de acidente ou incidente aeronáutico, na área sob sua responsabilidade, coordenar, supervisionar e executar as tarefas estabelecidas no Plano de Emergência Aeronáutica em Aeródromo (PEAA);

V - inspecionar as aeronaves que devam pernoitar na organização quanto às condições de proteção e segurança, determinando as providências que se fizerem necessárias;

VI - orientar as tripulações das aeronaves em trânsito na obtenção de informações referentes a aeródromos, aerovias, auxílio à navegação, meteorologia, planos de voo, etc;

VII - zelar para que sejam mantidos atualizados os quadros de movimento de aeronaves, orgânicas ou não, que estejam sendo apoiadas pela organização;

VIII - manter-se informado sobre os movimentos de aeronaves militares que se destinam à sua organização;

IX - tomar providências para orientação das aeronaves no solo, e receber os respectivos comandantes;

X - prestar assistência ou apoio a aeronave em trânsito, quando solicitado;

XI - acionar os órgãos de proteção ao voo para o restabelecimento do funcionamento de equipamento de auxílio à navegação ou de aproximação do aeródromo, quando isso se fizer necessário;

XII - orientar as tripulações estranhas à organização quanto ao uso das facilidades nela existentes;

XIII - comunicar qualquer infração de tráfego aéreo de que tenha conhecimento;

XIV - conhecer a situação da movimentação das aeronaves de sua organização e das em trânsito;

XV - registrar no livro de partes do Oficial-de-Operações toda e qualquer alteração ocorrida no serviço, mencionando as providências tomadas;

XVI - levar ao conhecimento da autoridade competente as providências que fujam de sua alçada;

XVII - informar ao Comandante a chegada de autoridade ou oficial de patente superior à daquele;

XVIII - interditar qualquer aeronave que utilize aeródromo militar sem possuir condições técnicas ou legais, comunicando tal fato ao Comandante;

XIX - receber as autoridades que desembarcarem de aeronaves que cheguem ao pátio de estacionamento da organização, prestando-lhes o necessário apoio, quando esta providência não estiver afeta a outra autoridade;

XX - colaborar com o Oficial-de-Dia no que lhe for solicitado;

XXI - comunicar, por escrito, ao Oficial-de-Dia os assuntos que devam constar do livro de partes daquele serviço; e

XXII - cumprir e fazer cumprir as ordens e instruções relativas ao Serviço de Oficial-de-Operações.

Fiscal-de-Dia

Art. 47 - Fiscal-de-Dia é o Oficial com as atribuições, deveres e obrigações do Oficial-de-Dia, ativado nos termos do artigo 10 deste Regulamento.

Art. 48 - Concorrem a este serviço os Tenentes e Aspirantes-a-Oficial de todos os quadros.

Art. 49 - O Fiscal-de-Dia deve assistir ao jantar na organização, após o que, poderá pernoitar em sua residência, devendo, no entanto, assistir ao café da manhã seguinte.

Art. 50 - O Fiscal-de-Dia tem como auxiliar um Suboficial ou 1º Sargento, dentre os mais antigos.

Art. 51 - Na ausência do Fiscal-de-Dia, as suas funções são exercidas pelo seu Auxiliar.

Auxiliar do Oficial-de-Dia ou de Operações

Art. 52 - O Serviço de Auxiliar do Oficial-de-Dia ou do Oficial-de-Operações é ativado quando ocorrer um dos casos previstos nos artigos 8º ou 9º deste Regulamento.

Médico-de-Dia

Art. 53 - Médico-de-Dia é o oficial médico a quem compete, além de suas obrigações normais, prestar assistência médica afeta à organização, fora das horas de expediente normal.

Art. 54 - O serviço de Médico-de-Dia, atribuído a Capitão, Tenente e Aspirante-a-Oficial do Quadro de Oficiais Médicos, é normal nos estabelecimentos hospitalares da Aeronáutica.

Parágrafo único - Em outras organizações, este serviço pode ser ativado a critério do Comandante.

Art. 55 - Além das atribuições e dos deveres constantes das normas emanadas da Diretoria de Saúde, dos regulamentos em vigor e das ordens do Comandante, compete ao Médico-de-Dia:

I - estar permanentemente em condições de agir com presteza no momento e no local onde seus serviços se tornem necessários;

II - examinar as dietas e fiscalizar a sua distribuição aos enfermos;

III - zelar para que sejam cumpridas as prescrições médicas aos baixados;

IV - zelar pela disciplina, limpeza e boa apresentação das dependências a seu cargo, acionando os elementos responsáveis quando necessário;

V - comunicar ao Oficial-de-Dia toda baixa que ocorrer fora do horário de expediente;

VI - dar conhecimento ao Comandante e ao seu chefe imediato ou ao Oficial-de-Dia de todas as ocorrências cuja solução estiver fora de sua alçada;

VII - cumprir e fazer cumprir as ordens relativas ao serviço de Médico-de-Dia; e

VIII - registrar no livro de ocorrências todas as alterações havidas no transcorrer do serviço.

CAPÍTULO VI

Serviços Individuais de Suboficiais e Sargentos

Adjunto ao Oficial-de-Dia

Art. 56 - Adjunto ao Oficial-de-Dia é o auxiliar imediato do Oficial-de-Dia.

§ 1º - O serviço de Adjunto ao Oficial-de-Dia é atribuído aos Sargentos mais antigos, de acordo com os critérios e normas estabelecidos pelo Comandante.

§ 2º - Excepcionalmente, o serviço de Adjunto ao Oficial-de-Dia poderá ser exercido por Suboficial.

Art. 57 - Compete ao Adjunto:

I - executar as determinações do Oficial-de-Dia;

II - secundar o Oficial-de-Dia na fiscalização da execução das ordens em vigor, relativas ao Serviço;

III - proceder às revistas regulamentares quando determinado;

IV - escriturar os documentos relativos ao serviço, de modo que estejam prontos para serem entregues à autoridade competente até uma hora depois da parada diária;

V - transmitir as ordens e inteirar-se de sua execução;

VI - comunicar ao Oficial-de-Dia todas as ocorrências anormais de que tenha conhecimento;

VII - passar em revista as unidades incorporadas e subunidades, quando determinado;

VIII - responder perante o Oficial-de-Dia pela execução da limpeza da organização;

IX - apresentar-se ao Oficial-de-Dia ao assumir e ao passar as funções; e

X - cumprir e fazer cumprir as ordens relativas ao serviço de Adjunto ao Oficial-de-Dia.

Auxiliar do Fiscal-de-Dia

Art. 58 - Auxiliar do Fiscal-de-Dia é o responsável pelo serviço de Fiscal-de-Dia, na ausência do titular.

Art. 59 - O serviço de Auxiliar do Fiscal-de-Dia é atribuído a Suboficiais e Sargentos mais antigos, de acordo com os critérios e as normas estabelecidos pelo Comandante.

Art. 60 - Para exercer suas funções, o Auxiliar do Fiscal-de-Dia deverá conhecer todas as normas do serviço, como também o processo de acionamento do Fiscal-de-Dia, na eventualidade de surgirem dificuldades fora dos limites de sua competência.

Sargento-de-Dia

Art. 61 - Sargento-de-Dia é o auxiliar do Oficial-de-Dia no que se referir ao serviço de unidade incorporada ou subunidade e, ainda, de conformidade com as determinações daquele Oficial, na fiscalização de determinados serviços da organização fora das horas de expediente.

Art. 62 - O Sargento-de-Dia à unidade incorporada ou à subunidade subordina-se ao respectivo Comandante devendo, entretanto, comparecer à parada de serviço e apresentar-se ao Oficial-de-Dia logo após o término do expediente, ou logo após a parada nos dias em que não houver expediente.

Art. 63 - Compete ao Sargento-de-Dia:

I - informar ao Oficial-de-Dia a existência de ordens especiais;

II - fiscalizar o serviço de escala;

III - receber as praças que devam ser recolhidas presas ou detidas e apresentá-las ao Oficial-de-Dia;

IV - solicitar ao Oficial-de-Dia, na ausência do Comandante ou de outro Oficial da unidade incorporada ou subunidade, qualquer providência que ultrapasse os limites de sua competência;

V - zelar para que praças detidas permaneçam nos lugares determinados;

VI - registrar no "livro de partes do Sargento-de-Dia" todas as alterações ocorridas no serviço, bem como as providências tomadas, se for o caso;

VII - conduzir, em forma, os cabos, soldados e taifeiros para o rancho;

VIII - reunir o pessoal que entra de serviço, verificando as faltas, os uniformes e os equipamentos, conduzindo-o ao local de Parada;

IX - manter o Oficial-de-Dia informado da situação dos presos detidos no alojamento;

X - reunir o pessoal para a revista do pernoite, comunicando as faltas ao Oficial-de-Dia; e

XI - cumprir as ordens afetas ao seu serviço.

Comandante-da-Guarda

Art. 64 - Comandante-da-Guarda é o auxiliar do Oficial-de-Dia responsável pela execução das ordens referentes ao serviço de guarda.

Art. 65 - Compete ao Comandante-da-Guarda:

I - formar a guarda para as continências regulamentares;

II - acionar a guarda ao sinal de alarme das sentinelas, cientificando-se, imediatamente, do motivo, e agir por iniciativa própria, tomando as providências que a situação exigir;

III - responder perante o Oficial-de-Dia pelo asseio, a ordem e a disciplina no âmbito das instalações da guarda;

IV - dar conhecimento às praças da guarda das ordens em vigor, especialmente das instruções peculiares a cada posto de sentinela;

V - fazer cumprir, por todas as praças da guarda, as atribuições que lhes estão afetas;

VI - passar em revista, freqüentemente, o pessoal da guarda, pondo-o em forma durante o dia, quando necessário;

VII - impedir a entrada ou saída da organização de veículos ou pessoas, salvo os autorizados, desde que, pelas passagens determinadas;

VIII - dar imediato conhecimento ao Oficial-de-Dia de qualquer ocorrência extraordinária;

IX - verificar, ao assumir o serviço, se todas as praças presas se encontram nos lugares determinados;

X - examinar, cuidadosamente, as condições de segurança, limpeza e higiene das prisões e demais instalações;

XI - adotar medidas de segurança sempre que tenha de abrir as prisões, utilizando-se dos soldados da guarda;

XII - conservar em seu poder, durante o serviço, as chaves das prisões;

XIII - verificar se as praças da guarda estão suficientemente instruídas para o serviço;

XIV - exigir dos presos comportamento compatível com a disciplina militar, não permitindo diversões ruidosas, individuais ou coletivas;

XV - liberar, no início do expediente, os presos disciplinares autorizados para o trabalho de rotina, e recolhê-los após a liberação das atividades diárias;

XVI - providenciar, quando necessário, escolta para o deslocamento de presos considerados perigosos;

XVII - fazer cumprir as normas estabelecidas para visita aos presos;

XVIII - relacionar e registrar, no livro de partes, os cabos e soldados que entrarem no quartel após a revista do recolher;

XIX - cumprir as ordens relativas ao serviço de Comandante-da-Guarda; e

XX - escriturar o "livro de partes do Comandante-da-Guarda" e entregá-lo, após passar o serviço, ao Oficial-de-Dia, fazendo nele constar:

- a) a relação nominal das praças da guarda;
- b) os roteiros das sentinelas e rondas;
- c) as ocorrências havidas no serviço e as providências tomadas;
- d) a situação do material carga do corpo da guarda; e
- e) outros registros de acordo com as normas da organização.

Enfermeiro-de-Dia

Art. 66 - Enfermeiro-de-Dia é o auxiliar do Médico-de-Dia.

Art. 67 - Compete ao Enfermeiro-de-Dia:

- I - auxiliar o Médico-de-Dia no atendimento ao paciente;
- II - executar as atividades de enfermagem afetas ao serviço;
- III - conferir e controlar o material e o equipamento empregados no serviço; e
- IV - estar permanentemente em condições de agir com presteza, no momento e no local onde seus serviços se tornem necessários.

Eletricista-de-Dia

Art. 68 - Eletricista-de-Dia é o auxiliar do Oficial-de-Dia encarregado de manter em funcionamento normal a rede elétrica da organização nos horários previstos em normas.

Art. 69 - Compete ao Eletricista-de-Dia:

- I - cumprir e fazer cumprir as normas estabelecidas para o serviço de iluminação;
- II - verificar o estado geral da rede elétrica, geradores e equipamentos de emergência;
- III - operar o sistema de iluminação e força; e
- IV - executar os reparos e substituições necessários para restaurar o funcionamento normal do sistema elétrico.

Art. 70 - O serviço de Eletricista-de-Dia pode ser executado por civil especializado, obedecidos os limites estabelecidos no Regime Jurídico Único dos Funcionários Civis.

CAPÍTULO VII**Serviços Individuais de Cabos e Soldados****Cabo-da-Guarda**

Art. 71 - Cabo-da-Guarda é o auxiliar imediato do Comandante-da-Guarda e seu substituto eventual.

Art. 72 - Compete ao Cabo-da-Guarda:

- I - permanecer nas dependências da guarda, dela não se afastando, salvo se autorizado pelo Comandante-da-Guarda;

II - conduzir as praças para a rendição das sentinelas, assistindo à transmissão das ordens, assegurando-se de que estas foram bem compreendidas;

III - conduzir, ao rancho, a fração das praças de serviço autorizada pelo Oficial-de-Dia, deixando, nas dependências da guarda, o número necessário para fazer frente a qualquer ocorrência de caráter urgente;

IV - dar ciência ao Comandante-da-Guarda de todas as ocorrências do seu conhecimento vinculadas ao serviço;

V - cumprir as ordens estabelecidas pelo Comandante da organização quanto a pessoas, veículos ou tropas que pretendam entrar ou sair da organização;

VI - distribuir os quartos de serviço entre os soldados da guarda;

VII - auxiliar o Comandante-da-Guarda na verificação de faltas de presos, bem como na manutenção da disciplina;

VIII - impedir a saída de soldados, quando fardados, com o uniforme em desalinho ou desasseados;

IX - apresentar ao Comandante-da-Guarda, por ocasião da formatura para o rancho, a relação das praças que, por motivo de serviço, tenham de fazer as refeições fora do horário regular;

X - apresentar ao Comandante-da-Guarda os casos que fujam à sua alçada; e

XI - cumprir ordens relativas ao Cabo-da-Guarda.

Cabo-de-Dia

Art. 73 - Cabo-de-Dia à unidade incorporada ou à subunidade é o auxiliar imediato do Sargento-de-Dia e seu substituto eventual.

Art. 74 - Ao Cabo-de-Dia compete:

I - verificar com o seu antecessor, na ocasião do recebimento do serviço, se todas as dependências e instalações estão em ordem e limpas, e se as praças detidas no alojamento ali se encontram;

II - dirigir a limpeza das dependências sob sua responsabilidade;

III - fazer a distribuição dos quartos de serviço entre os plantões;

IV - certificar-se de que os plantões conhecem as ordens relativas ao serviço;

V - assistir à substituição dos plantões, verificando se as ordens são transmitidas com exatidão;

VI - apresentar-se, logo depois da parada, ao Sargento-de-Dia;

VII - zelar para que os plantões se conservem atentos às suas obrigações;

VIII - fazer as praças levantarem-se ao toque da alvorada, nos dias de expediente;

IX - participar ao Sargento-de-Dia as irregularidades ocorridas em seu serviço, mesmo aquelas já resolvidas;

X - zelar pela disciplina e arrumação do alojamento;

XI - não consentir a presença de elementos estranhos no alojamento, salvo se para isso estiverem autorizados;

XII - apresentar ao Sargento-de-Dia as Praças que devam comparecer à visita médica;

XIII - apresentar ao Sargento-de-Dia, por ocasião das formaturas para o rancho, a relação das Praças que, por motivo de serviço, tenham de fazer as refeições fora do horário regular;

XIV - apresentar ao Sargento-de-Dia a relação das Praças que, obrigatoriamente, devem pernoitar no quartel, e das que, ao toque de silêncio, não se encontram nas respectivas camas; e

XV - cumprir as normas de serviço relativas ao Cabo-de-Dia.

Soldado-da-Guarda

Art. 75 - Compete ao Soldado-da-Guarda:

I - observar, fielmente, as ordens relativas ao seu serviço;

II - manter-se, nas horas de descanso, em local determinado, de onde só se afastará por ordem ou permissão do Comandante-da-Guarda;

III - manter-se, sempre, uniformizado e equipado, pronto para entrar em ação em atendimento a qualquer eventualidade; e

IV - cumprir as ordens específicas relativas ao respectivo posto, bem como as demais ordens relativas ao serviço de Soldado-da-Guarda.

Sentinela

Art. 76 - Sentinela é a praça armada incumbida da vigilância de determinado local.

I - a sentinela pode ser:

a) fixa, quando estável em determinado local;

b) móvel, quando se desloca por um itinerário previamente estabelecido.

II - Sentinela-das-Armas é a sentinela fixa colocada na entrada principal da organização; e

III - as demais sentinelas, fixas ou móveis, recebem a denominação do local de serviço.

Art. 77 - A sentinela é inviolável segundo às prerrogativas que a lei lhe confere, sendo passível de punição quem atentar contra sua autoridade ou integridade.

Art. 78 - Em qualquer situação, a sentinela deve estar sempre municuada.

Art. 79 - Compete à sentinela:

I - estar sempre alerta e vigilante;

II - não abandonar sua arma e manter-se pronta a empregá-la de acordo com as ordens recebidas;

III - não conversar nem fumar durante o serviço;

IV - evitar explicações e esclarecimentos a pessoas estranhas ao serviço, chamando para isso, o Cabo-da-Guarda ou quem o substitua;

V - não admitir ajuntamento nas proximidades de seu posto;

VI - guardar sigilo, quando for o caso, de ordens recebidas;

VII - cumprir as normas de serviço quanto à entrada de pessoas, veículos e tropas na organização;

VIII - prestar as continências regulamentares;

IX - não consentir que praças e civis saiam da organização conduzindo quaisquer embrulhos, sem permissão do Comandante-da-Guarda ou do Cabo-da-Guarda;

X - cumprir as ordens relativas à sentinela;

XI - dar sinal de alarme;

a) quando notar qualquer movimento suspeito na circunvizinhança de seu posto;

b) quando qualquer indivíduo insistir em penetrar na organização, antes de ser identificado;

c) nas tentativas de arrombamento do xadrez e de fuga de presos; desacato à sua autoridade e às ordens relativas ao posto;

d) quando verificar qualquer anormalidade de caráter grave; e

e) por ordem do Cabo-da-Guarda, Comandante-da-Guarda ou do Oficial-de-Dia; e

XII - em situações que exijam maiores medidas de segurança:

a) fazer passar ao largo do seu posto todas as pessoas e veículos;

b) dar sinal de aproximação de qualquer força, logo que a perceba; e

c) fazer parar, a uma distância que lhe permita a necessária identificação, pessoas, veículos ou força que pretendam entrar na organização.

Art. 80 - O serviço em cada posto de sentinela deve ser dividido por três ou mais soldados durante às vinte e quatro horas, distribuídos em quartos, de modo que um mesmo soldado não permaneça de sentinela por mais de duas horas consecutivas.

Art. 81 - Durante a noite, os postos mais importantes ou isolados podem ser guarnecidos por duas sentinelas, sendo uma fixa e outra móvel.

Plantão-da-Hora

Art. 82 - Plantão-da-Hora é a Praça encarregada da vigilância de alojamento e das dependências anexas, tais como banheiros, corredores e varandas, de acordo com as normas estabelecidas para o serviço.

Art. 83 - Compete ao Plantão-da-Hora:

I - estar atento a tudo que ocorrer no alojamento, anunciando a entrada de qualquer Oficial, com voz "Atenção Alojamento".

a) caso o Plantão-da-Hora não se aperceba da entrada de Oficial no alojamento das Praças, qualquer destas dará a voz - "Atenção Alojamento" - competindo, em seguida, ao Plantão-da-Hora apresentar-se ao oficial;

b) o anúncio é dispensado no horário compreendido entre a revista do recolher e a alvorada.

II - apresentar-se aos Oficiais que entrarem no alojamento;

III - não permitir a saída das Praças detidas no alojamento, salvo por motivo de serviço ou ordem de autoridade competente;

IV - zelar pelo asseio das dependências a seu cargo;

V - zelar para que as camas sejam arrumadas;

VI - não permitir que Praça continue na cama após o toque de alvorada, exceto se não houver expediente;

VII - não consentir a presença de elementos estranhos no alojamento, salvo se autorizados;

VIII - examinar os volumes que tiverem de sair do alojamento, a menos que já tenham sido vistoriados pelo Sargento-de-Dia ou pelo Cabo-de-Dia;

IX - não permitir qualquer perturbação do silêncio depois do respectivo toque;

X - impedir a entrada de soldados de outras subunidades depois da revista do recolher; e

XI - cumprir as normas de serviço relativas ao Plantão-da-Hora.

CAPÍTULO VIII **Serviços de Equipes**

Serviço de Guarda

Art. 84 - O serviço de guarda é atribuído a uma força de efetivo e equipamento variáveis, destinando-se à vigilância e à segurança da organização, e à guarda de presos.

Art. 85 - Em função da área ocupada pela organização, da disposição de suas instalações, do vulto da guarda empregada, da dispersão dos postos de sentinelas, o serviço de guarda pode ser subdividido, a critério do Comandante, em guarda principal, guarda de presos, guarda de instalações (guarda do paiol, guarda de aviões) guarda de portões secundários e outras.

Parágrafo único - O Comandante da organização deve especificar com exatidão para cada serviço de guarda ativado: posto, área de vigilância, efetivo, armamento e munição, horários, local de pernoite, atribuições, bem como, os deveres individuais de cada componente da guarda.

Art. 86 - A guarda do quartel subordina-se ao Oficial-de-Dia e é constituída de: Comandante-da-Guarda, Cabo-da-Guarda e Soldados-da-Guarda.

Art. 87 - O Serviço de Guarda destina-se a:

I - garantir a segurança da organização;

II - manter presos e detidos nos locais determinados, não permitindo que os primeiros saiam das prisões, nem os últimos do quartel, salvo mediante ordem de autoridade competente;

III - impedir a saída de Praças, quando fardadas, desasseadas ou com o uniforme em desalinho;

IV - não permitir ajuntamento nas proximidades das prisões, nem nas imediações do Corpo-da-Guarda e dos postos de serviço, nem em outros locais discriminados pelo Comandante;

V - zelar pelo cumprimento das determinações referentes a presos sob a responsabilidade da organização; e

VI - fazer cumprir as normas sobre entrada e saída de civis e militares pertencentes ou não à organização.

Serviço de Plantão

Art. 88 - O serviço de plantão é atribuído ao Cabo-de-Dia e aos soldados para ele designados e destina-se à vigilância e à guarda de alojamento e das dependências anexas, tais como banheiros, corredores e varandas, de acordo com as normas estabelecidas para o serviço.

Art. 89 - Ao pessoal do serviço de plantão compete:

I - manter a disciplina e o asseio no alojamento e nas dependências;

II - manter a vigilância sobre as praças detidas no alojamento;

III - cumprir e fazer cumprir as determinações das autoridades competentes;

IV - não permitir jogos de azar; e

V - não permitir bebidas alcoólicas no alojamento.

Art. 90 - O pessoal de serviço de plantão permanece na organização durante todo o serviço.

Parágrafo único - O Cabo-de-Dia e o Plantão da Hora permanecem nas dependências previstas, com o equipamento estipulado.

Reforço

Art. 91 - Sempre que a situação o exigir, o serviço de guarda é ampliado após o expediente, pelo estabelecimento de novos postos de sentinela ou pela duplicação das sentinelas nos postos já existentes.

Parágrafo único - Esse aumento é atendido por meio de um acréscimo de praças de serviço denominado reforço.

Art. 92 - O serviço de reforço inicia-se após o término do expediente e termina com o início do expediente seguinte.

Art. 93 - As Praças de reforço são escaladas de modo semelhante às Praças do serviço de guarda e são apresentadas ao Oficial-de-Dia no término do expediente, porquanto, durante o dia, participam dos trabalhos de rotina da organização.

Art. 94 - O reforço tem as atribuições constantes das normas de serviços emanadas do Comandante.

Equipe de Manutenção

Art. 95 - Equipes de manutenção são aquelas destinadas aos trabalhos de manutenção e à assistência técnica do material aéreo ou equipamento especializado existente na organização ou em trânsito.

Art. 96 - As equipes tem efetivo e composição variáveis, segundo o vulto do trabalho a executar.

Art. 97 - As atribuições das equipes de manutenção são fixadas pelo chefe do setor competente.

Art. 98 - As equipes de manutenção são supervisionadas por Oficial, Suboficial ou inspetor qualificado em coordenação com a equipe de serviço.

Equipe Contra-Incêndio

Art. 99 - Equipe contra-incêndio é a responsável pelo combate a fogo, pelas medidas preventivas contra-incêndios e pelas demais atividades afetas aos bombeiros do fogo.

Art. 100 - As atribuições das equipes contra-incêndio de serviço são fixadas em normas elaboradas pelo órgão central do Sistema de Contra-Incêndio e complementadas, quando necessário, pelo Comandante.

Patrulha

Art. 101 - Patrulha é uma equipe destinada a serviços especiais da organização, tais como:

I - condução de presos;

II - manutenção da ordem quando envolvidos militares da Aeronáutica;

III - outros determinados por autoridade competente.

Art. 102 - A composição da patrulha é função do vulto e da responsabilidade do serviço que vai executar.

CAPÍTULO IX

Disposições comuns para o Pessoal de Serviço

Art. 103 - O militar de serviço usa o uniforme determinado pelo Comandante.

Parágrafo único - O Médico-de-Dia, o Enfermeiro-de-Dia, os militares da equipe de contra-incêndio e os da equipe de manutenção usam uniformes específicos.

Art. 104 - Os militares de serviço usam a braçadeira regulamentar e o armamento determinado pelo Comandante.

Parágrafo único - O armamento para Oficiais e Sargentos é pistola ou revólver fornecido pela OM a que pertencem.

CAPÍTULO X

Serviço Externo

Art. 105 - Serviço externo é todo aquele prestado fora do âmbito da organização.

Art. 106 - O serviço externo é estabelecido por determinação do Comandante.

Art. 107 - São exemplos de serviço externo:

I - patrulha, ronda ou escolta;

II - paradas, desfiles ou outras solenidades afins;

III - guardas ou escoltas fúnebres;

IV - representação da organização;

V - guarda em outras instalações, pertencentes ou não à Aeronáutica;

VI - viagem a serviço;

VII - serviço de justiça; e

VIII - estafeta.

CAPÍTULO XI

Revista

Art. 108 - Revista é o ato pelo qual se verifica a presença do pessoal, a existência e o estado do material, e do fardamento, ou pelo qual se faz qualquer outra constatação julgada conveniente.

Art. 109 - A revista, quanto à sua programação, pode ser normal ou extraordinária:

I - revista normal é prevista na rotina da organização ou fixada em instruções; e

II - revista extraordinária é determinada pelo Comandante ou por outra autoridade competente, quando julgado necessária.

Art. 110 - Nas organizações são realizadas, normalmente, as seguintes revistas diárias para constatar a presença do pessoal:

I - revista de início de expediente: nos dias úteis, à qual comparecem todos os militares da organização, podendo ser realizada em formaturas parciais nos diversos órgãos que compõem a organização;

II - revista do pessoal de serviço: realizada na parada do pessoal de serviço; e

III - revista do recolher: à qual comparecem todos os militares de folga e aqueles relacionados para pernoite, devendo ser realizada em horário determinado pelo Comandante entre o jantar e o toque de silêncio.

Art. 111 - O Oficial-de-Dia pode, sempre que julgar necessário, realizar verificações de presença de militares que obrigatoriamente devam estar no quartel, evitando, contudo, perturbar o repouso do pessoal após o toque de silêncio.

Art. 112 - A revista para verificação de fardamento e de material deve ser realizada periodicamente, de acordo com programação previamente elaborada.

Parágrafo único - Nesta revista é obrigatória a presença dos responsáveis pelo fardamento e pelo material.

CAPÍTULO XII

Formaturas

Art. 113 - Formatura é toda reunião de pessoal militar armado ou desarmado, obedecendo a um determinado dispositivo.

Art. 114 - A formatura pode ser:

I - quanto ao efetivo: geral ou parcial; e

II - quanto à programação: ordinária ou extraordinária.

Art. 115 - Formatura geral é aquela da qual participa todo o efetivo (Oficiais e Praças), exceto aqueles que não podem abandonar a atividade a que estiverem empenhados.

§ 1º - Para a formatura geral, são indicados, com a devida antecedência: hora, local, uniforme, armamento, dispositivo e outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

§ 2º - Em unidade sede de batalhão de infantaria, a formatura geral é realizada, pelo menos, uma vez por semana.

§ 3º - Nas unidades incorporadas, os Oficiais inspecionam os militares que lhes são diretamente subordinados, apresentando-os a seguir, ao Oficial mais antigo presente, o qual conduz todo o pessoal, em forma, para o local da formatura geral, onde faz a apresentação ao Oficial de maior grau hierárquico presente, que a comandará.

§ 4º - O Comandante da organização determinará a disposição e a composição da tropa, de acordo com as características da organização e com a finalidade da formatura.

§ 5º - Estando a tropa no dispositivo de formatura, o Oficial em comando apresenta-a ao Comandante da organização e pede permissão para dar seqüência à parada.

Art. 116 - Formatura parcial é aquela em que uma ou mais unidades incorporadas ou subunidades formam para determinada finalidade.

Parágrafo único - A formatura parcial obedece, no que se aplicar, ao previsto nos parágrafos do artigo anterior.

Art. 117 - Formaturas ordinárias (gerais ou parciais) são as destinadas a atender as atividades de rotina da organização.

Parágrafo único - São formaturas ordinárias:

I - formatura geral ou parcial programadas como rotina;

II - parada do pessoal de serviço; e

III - formatura para o rancho, para instrução, para revista ou para qualquer atividade de rotina.

Art. 118 - Formaturas extraordinárias (gerais ou parciais) são aquelas não constantes da rotina normal da organização.

Parágrafo único - As formaturas extraordinárias podem ser programadas com antecedência ou ordenadas pelo Comandante, sem prévio aviso, para atender a determinada finalidade.

Art. 119 - O dispositivo e o cerimonial das formaturas obedecem ao estabelecido nos regulamentos específicos e às normas complementares baixadas pelo Comandante.

CAPÍTULO XIII

Instruções nas Organizações

Art. 120 - É responsabilidade do Comandante manter os subordinados eficientemente instruídos e preparados, não só para atender às atividades de rotina, como também, a situações de emergência.

Parágrafo único - Para alcançar este objetivo devem ser elaborados programas de instrução abrangendo:

- I - instrução aérea;
- II - instrução moral e cívica;
- III - instrução militar;
- IV - instrução de educação física; e
- V - instrução de outros assuntos julgados de interesse.

Art. 121 - Os programas de instrução são elaborados visando atender, não só ao aprimoramento de cada militar, mas, também e principalmente, ao aumento da eficácia do trabalho de equipe da organização, de modo a mantê-la permanentemente apta para cumprir sua missão.

Art. 122 - A organização que não dispuser de local e instalação adequados à instrução, podem, na medida do possível, utilizar as instalações de outras organizações circunvizinhas.

Art. 123 - Nas escolas, o corpo discente obedece ao estabelecido nos respectivos currículos.

CAPÍTULO XIV

Rancho

Art. 124 - A alimentação do pessoal da organização deve merecer especial cuidado do Comandante e ser objeto da máxima preocupação de toda administração da unidade.

Art. 125 - Nas organizações com rancho organizado, haverá, em princípio, três refeições diárias: café, almoço e jantar, servidas de acordo com o horário da organização.

Parágrafo único - Aos Cadetes e Alunos dos estabelecimentos de ensino militar e ao pessoal de serviço da organização será distribuída, à noite, uma quarta refeição (ceia).

Art. 126 - As organizações devem ter refeitórios separados para Oficiais, para Suboficiais e Sargentos, e para Cabos, Soldados e Taifeiros, e, se possível, para civis.

§ 1º - Nos estabelecimentos de ensino de formação militar os Cadetes ou Alunos terão refeitório próprio.

§ 2º - Quando a organização não dispuser de refeitório separado para civis, estes deverão ser distribuídos pelos refeitórios para militares, com base na equivalência dos respectivos níveis.

Art. 127 - Em cada mesa de refeição dos refeitórios, compete ao militar de maior grau hierárquico ou mais antigo zelar pela ordem e pela disciplina durante as refeições.

Art. 128 - Das refeições preparadas para distribuição nos refeitórios da organização, será apresentada amostra ao Comandante ou seu substituto legal, o qual faz a prova antes da liberação para consumo.

Parágrafo único - Nos dias não úteis, ou na ausência das autoridades especificadas neste artigo, a amostra será experimentada pelo Oficial-de-Dia.

TÍTULO III

Situações Especiais das Organizações

CAPÍTULO I

Generalidades

Art. 129 - Situações especiais das organizações são as decorrentes de ameaças de perturbação da ordem pública, de calamidade pública, ou de conflito interno ou externo.

Art. 130 - As situações especiais são:

- I - sobreaviso;
- II - prontidão parcial; e
- III - prontidão total.

Art. 131 - A autoridade competente para determinar a prontidão total é o Ministro da Aeronáutica.

Art. 132 - São autoridades competentes para determinar situação de prontidão parcial e sobreaviso:

- I - o Ministro da Aeronáutica;
- II - o Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica; e
- III - os Oficiais-Generais, na respectiva cadeia de comando.

Art. 133 - Nas situações especiais, é ativado o Serviço de Superior-de-Dia.

Art. 134 - Para atender a cada situação especial, as organizações devem possuir:

- I - "Plano de Reunião de Militares";
- II - "Plano de Alojamento do Pessoal";
- III - "Plano de Defesa da Organização"; e
- IV - "Plano de Emprego das Unidades de Combate e de Apoio".

Art. 135 - O militar ao tomar conhecimento da existência de situação especial deve entrar imediatamente em contato com sua organização.

Art. 136 - O militar de outra organização que, em consequência de situação especial da organização, nela permanecer, será arranchado.

CAPÍTULO II

Sobreaviso

Art. 137 - A ordem de sobreaviso implica em medidas acauteladoras quanto à segurança da organização e à colocação do efetivo em estado de alerta.

§ 1º - O Comandante especifica o pessoal que deva permanecer na organização e toma as providências necessárias em face dos acontecimentos e das ordens recebidas.

§ 2º - Na situação de sobreaviso, o pessoal militar dispensado de pernoitar na organização deve ficar preparado para, prontamente, atender ao plano de reunião.

§ 3º - Os trabalhos de rotina da organização não sofrem solução de continuidade.

CAPÍTULO III

Prontidão Parcial

Art. 138 - A ordem de prontidão parcial implica:

- I - em medidas acauteladoras de segurança da organização;
- II - na preparação para tornar-se apta e atender a qualquer emergência, no mais curto prazo possível, e cumprir as ordens do escalão superior;
- III - em permanência de 1/3 do efetivo, pronto para ações terrestres e aéreas e para prestar apoio logístico;
- IV - manter preparada para emprego imediato, a quantidade de aeronaves que for determinada pelo escalão superior;

V - executar as medidas preventivas que se fizerem necessárias para fazer face a atos de sabotagem, de terrorismo e de ações psicológicas (boatos alarmantes, falsas notícias, e outros);

VI - prosseguimento da rotina normal da organização, tanto quanto possível;

Parágrafo único - na situação de prontidão parcial, o pessoal militar dispensado de pernoitar na organização deve ficar preparado para, prontamente, atender ao plano de reunião.

Art. 139 - As organizações que não disponham de tropa, nem de meios aéreos e que não tenham, normalmente, acomodações para pernoitar, a critério do Comandante, poderão reduzir o efetivo previsto no inciso III do artigo anterior.

Art. 140 - A autoridade que determinou a prontidão parcial pode determinar o aumento ou a diminuição do efetivo previsto no inciso III do artigo 138.

CAPÍTULO IV **Prontidão Total**

Art. 141 - A ordem de prontidão total implica em serem tomadas as seguintes medidas, além de outras específicas a cada organização:

I - permanência da totalidade do efetivo pronto para executar ações terrestres ou aéreas;

II - centralização do controle das comunicações;

III - acionamento dos serviços de manutenção, objetivando alcançar, no menor prazo possível, o máximo de disponibilidade em aeronaves, viaturas e demais equipamentos;

IV - reforço e aumento da vigilância e guarda das instalações;

V - as aeronaves ficarão em alerta e prontas para realizar as missões determinadas;

VI - distribuição de armamento e munição aos militares, de acordo com os planos pré-estabelecidos, segundo orientação do Comandante;

VII - centralização do controle de combustível e dos meios de transporte de superfície;

VIII - acionamento de medidas de segurança e de controle do abastecimento de água, gêneros alimentícios e energia elétrica; e

IX - as ordens não poderão extravasar os limites da organização;

Art. 142 - Na situação de prontidão total são interrompidas férias, dispensas e outros afastamentos temporários em que se encontrar o militar.

§ 1º - O militar deverá apresentar-se à sua organização no menor prazo possível.

§ 2º - Fora de sede, impossibilitado de regressar à sua organização, o militar deverá entrar em contato com o seu chefe imediato ou apresentar-se à organização militar mais próxima.

TÍTULO IV **Situação do Pessoal nas Organizações**

CAPÍTULO I **Movimentação**

Art. 143 - Movimentação - termo genérico que abrange toda transferência, classificação, nomeação ou qualquer outro ato que implique no afastamento do militar de uma organização com destino a outra.

Parágrafo único - Quando a movimentação for considerada de caráter temporário, o afastamento do militar não será necessariamente com destino a outra organização.

Art. 144 - A movimentação do pessoal militar da Aeronáutica tem por finalidade:

- I - atender a melhor eficiência da organização;
- II - preencher cargos, comissões e funções militares;
- III - completar ou recompletar os efetivos fixados;
- IV - assegurar o efetivo mínimo indispensável ao cumprimento da missão de cada organização;
- V - compatibilizar os postos e graduações militares com as funções a desempenhar;
- VI - atender aos requisitos previstos na legislação em vigor;
- VII - conciliar o interesse do serviço com o do militar;
- VIII - atender a situação de saúde do militar ou de seus dependentes;
- IX - atender a interesse de ordem particular; e
- X - atender ao interesse da disciplina.

Art. 145 - A movimentação de pessoal militar da Aeronáutica é realizada por:

- I - decreto presidencial:
 - a) quando de Oficial-General;

- b) para provimento de cargo na Presidência da República;
- c) para comissão, em caráter permanente, no exterior;
- d) para constituição de delegação brasileira em missão oficial no exterior.

II - portaria ministerial;

a) para provimento de cargo de Comandante, Chefe ou Diretor de organização, exceto se oficial-general, de Comandante do Corpo de Cadetes da Academia da Força Aérea, e, quando for o caso, as nomeações interinas de coronel para cargo privativo de Oficial-General;

b) para o cargo de Oficial-de-Gabinete do Ministro;

c) para preenchimento de vagas em órgão não subordinado ao Ministério da Aeronáutica;

d) para classificação de Oficiais em organização que os vincule ao Gabinete do Ministro da Aeronáutica;

e) para os cargos de subcomandante ou chefe de gabinete de organizações de comando de Oficial-General;

f) para o provimento de cargo de chefia de Estado-Maior, por Oficial Superior;

g) para o exercício de função civil ou militar em órgão público da administração federal direta ou indireta; estadual ou municipal, após autorização do Presidente da República, se Oficial;

h) para representante da Aeronáutica em comissões de quaisquer naturezas, exceto as de que trata o inciso V deste artigo;

i) para missão no exterior, de caráter eventual ou transitória; e

j) para os cargos de inspetor setorial e inspetor regional;

III - ato do Diretor de Administração do Pessoal, ressalvado o disposto nos incisos anteriores deste artigo:

a) Oficiais-superiores;

b) Capitães, Oficiais-subalternos, Aspirantes-a-Oficial, Suboficiais e Sargentos;

c) cabos, soldados e taifeiros da área territorial de um comando aéreo regional para outro; e

d) chefia de seção mobilizadora; e

IV - ato de Comandante de Comando Aéreo Regional, quando se tratar de cabos, soldados e taifeiros, dentro das respectivas áreas territoriais, devendo, nos casos de mudança de sede, haver

aquiescência prévia do órgão responsável pela despesa da movimentação.

V - ato de Comandante, Diretor ou Chefe, quando se tratar de militar pertencente ao seu efetivo e de movimentação considerada de caráter temporário, com mudança de sede e sem desligamento, para trabalho de até 180 dias em comissões, desde que haja recursos para tal movimentação.

Art. 146 - Toda movimentação é realizada por necessidade do serviço, exceto a constante do inciso IX do artigo 144.

Parágrafo único - A movimentação para atender a interesse de ordem particular poderá, se convier à Administração, ser convertida em transferência por necessidade do serviço, quando o militar já estiver servindo por mais de 4 (quatro) anos consecutivos na mesma localidade, mesmo em organizações diversas.

Art. 147 - A movimentação para atender a interesse de ordem particular ou por motivo de saúde do militar ou de seus dependentes deverá ser pleiteada através de requerimento fundamentado com razões que justifiquem a pretensão.

Parágrafo único - Quando por motivo de saúde, ao requerimento deve ser anexada cópia da ata de inspeção de saúde emitida por Junta de Saúde da Aeronáutica que recomende a medida, devidamente homologada pela Junta Superior de Saúde (JSS) da Diretoria de Saúde.

Art. 148 - Como regra geral, a movimentação do pessoal militar da Aeronáutica deverá ser realizada no mês de dezembro, de modo a possibilitar que as organizações obtenham maior rendimento dos trabalhos e instruções.

Art. 149 - A movimentação de militar, para fins de matrícula em curso ou estágio, está condicionada ao início do respectivo curso ou estágio.

Art. 150 - O militar pode ser movimentado em qualquer época, independentemente do tempo na organização, quando houver incompatibilidade de posto ou graduação com o cargo, por motivo de saúde, ou no interesse da disciplina.

Art. 151 - O Oficial-Superior não deve permanecer mais de 2 (dois) anos no mesmo cargo de comando.

Art. 152 - Salvo as exceções previstas neste regulamento, o Oficial, o Suboficial e o Sargento devem permanecer pelo menos 2 (dois) anos na mesma localidade.

Parágrafo único - A inclusão de militar em plano de movimentação não assegura a este o direito de ser movimentado.

Art. 153 - O militar que se encontrar no desempenho de funções técnico-científicas só deve ser movimentado se houver na organização outro militar que possa substituí-lo, sem trazer prejuízo ao serviço.

Parágrafo único - Não havendo na organização outro militar que possa substituí-lo, somente após a classificação do substituto

com as qualificações técnico-científicas exigidas poderá aquele militar ser cogitado para movimentação.

Art. 154 - A movimentação de Oficiais dos Quadros de Saúde, Intendência e Engenharia deve ser realizada em coordenação com as respectivas Diretorias, ouvidos, quando for o caso, os órgãos centrais de sistema, nas movimentações de pessoal técnico-especializado.

Art. 155 - A movimentação de militares servindo em Órgãos de Proteção ao Vôo é feita mediante coordenação com a Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Vôo.

Art. 156 - A movimentação de Suboficial e Sargento da especialidade de música deve ocorrer quando, na Banda de Música da organização de destino, houver vaga para seu instrumento, e não haja candidato habilitado para o respectivo preenchimento, exceto quando se tratar de movimentação por motivo de saúde e disciplina.

Art. 157 - O ato de movimentação de militar implica, automaticamente, na dispensa do cargo que vinha exercendo, a menos que haja declaração em contrário, ressalvados os casos de movimentação de caráter temporário de que trata o inciso V, do art. 145.

Art. 158 - A promoção do militar implicará na exoneração ou dispensa do cargo que vinha exercendo se houver incompatibilidade de posto ou graduação ou interesse da Administração.

Art. 159 - A praça que concluir curso ou estágio para acesso ao posto de Oficial ou à graduação de Terceiro-Sargento não deve ser movimentada para as organizações a que pertenceu, antes de decorridos 3 (três) anos da conclusão do curso ou estágio.

Art. 160 - A Diretoria de Administração de Pessoal elaborará, anualmente, em coordenação com os Comandos-Gerais e Diretores de Departamentos, o plano de movimentação do pessoal da Aeronáutica observando, entre outros condicionantes, os seguintes:

I - disponibilidade de recursos financeiros;

II - existência de qualquer compromisso quanto à classificação do militar em determinada organização, em face da realização de curso específico inerente à atividade daquela unidade;

III - situação do militar quando houver incidência em dispositivos do Estatuto dos Militares que importe na sua transferência "ex-officio" para a reserva;

IV - existência de pedido de transferência para a reserva;

V - coordenação com os órgãos centrais dos sistemas correspondentes nos quadros e especialidades, se for o caso.

Parágrafo único - Não se enquadram na situação do "caput" deste artigo as movimentações de que trata o inciso V, do art. 145.

Art. 161 - O Estado-Maior da Aeronáutica ou Órgão de Direção Setorial encaminhará à Diretoria de Administração de Pessoal, via Comando-Geral do Pessoal, até o dia 10 de setembro de cada ano, o Plano de Movimentação próprio e das organizações subordinadas, devidamente compatibilizados, excetuando-se as movimentações de que trata o inciso V, do art. 145.

Parágrafo único - Cabe a estes órgãos estabelecer o cronograma de eventos para cumprimento pelas organizações subordinadas, a fim de atender o disposto neste artigo.

Art. 162 - Sempre que exeqüível, o militar deve ser informado, com antecedência, que irá ser movimentado.

Art. 163 - O militar movimentado é excluído do estado efetivo da organização a partir da primeira comunicação oficial do ato, ficando adido, aguardando desligamento, exceto quando se tratar de movimentação temporária conforme o inciso V, do art. 145.

Art. 164 - O desligamento do militar deve processar-se de acordo com o previsto nos artigos 167 a 172 deste Regulamento.

CAPÍTULO II

Inclusão - Exclusão - Desligamento

Art. 165 - Inclusão é o ato pelo qual o militar passa a pertencer ao efetivo de uma organização.

Parágrafo único - A inclusão do militar é realizada através da publicação em boletim da organização de destino por ocasião da transcrição do ato da movimentação para aquela organização.

Art. 166 - Exclusão é o ato pelo qual o militar deixa de pertencer ao efetivo de uma organização, e é efetivada através da publicação em boletim do ato que lhe deu motivo, onde se menciona se o militar é desligado ou passa à condição de adido, aguardando desligamento.

Parágrafo único - Em se tratando de passagem de comando, na mesma data serão editados 2 (dois) boletins:

I - o primeiro, publica o ato de exoneração ou dispensa, a exclusão e o desligamento do Comandante substituído; e

II - o segundo publica o ato de nomeação, inclusão, apresentação e assunção do Comandante substituto.

Art. 167 - Desligamento é o ato pelo qual o militar é desvinculado completamente de uma organização para seguir destino.

Art. 168 - O prazo para desligamento de militar movimentado tem a seguinte duração, a contar da data de publicação no boletim interno da organização:

I - 4 (quatro) dias úteis, quando não houver carga a passar;

II - 10 (dez) dias úteis, quando houver carga ou recursos financeiros a passar;

III - 20 (vinte) dias úteis, quando se tratar de Agente-Diretor; e

IV - 30 (trinta) dias úteis, quando se tratar de detentor de carga de almoxarifado.

§ 1º - Se o militar estiver baixado, em férias, de licença ou preso, a contagem do prazo de que trata este artigo iniciar-se-á na data em que cessar esta condição.

§ 2º - Os prazos fixados neste artigo poderão ser dilatados por Oficial-General da respectiva cadeia de comando, até o limite de 30 dias, desde que não ultrapasse o fixado em lei.

Art. 169 - Havendo somente um Oficial médico ou intendente na organização, o desligamento far-se-á após a apresentação do substituto, observado o disposto no artigo anterior.

Art. 170 - O militar, ao ser desligado, recebe: guia de vencimento, folhas de alterações, ficha individual; guia de moradia, se for o caso; ficha PASEP; cadastro de dependentes; guia de fardamento, se cabo, soldado ou taifeiro; caderneta de vôo, se tripulante orgânico; ofício de apresentação à organização de destino, no caso das praças; requisição de passagem e de transporte de bagagem; e o pagamento de ajuda de custo e dos vencimentos correspondentes ao mês em curso.

Art. 171 - Qualquer ocorrência envolvendo o militar após a sua exclusão deve ser comunicada à Diretoria de Administração de Pessoal.

Art. 172 - A organização de origem deve comunicar, via rádio, à Diretoria de Administração de Pessoal e à organização de destino as datas de exclusão e desligamento do militar transferido, bem como os dias de trânsito concedidos.

CAPÍTULO III

Adição

Art. 173 - O militar passa à situação de adido:

I - quando promovido, nos termos do artigo 158 deste Regulamento;

II - quando excluído do efetivo de uma Organização em virtude de movimentação;

III - quando matriculado em curso ou estágio de instrução de duração maior que 30 (trinta) e inferior a 180 (cento e oitenta) dias;

IV - quando estiver aguardando regularização de situação;

V - quando entrar em gozo de licença por período superior a 30 (trinta) dias; e

VI - em outros casos, conforme previsto em legislação pertinente.

Parágrafo único - A adição de que trata o inciso I deste artigo é feita à organização a que pertence o militar promovido, e perdura até a publicação do ato que regularize a sua situação.

Art. 174 - Quando o militar for promovido a posto superior ao do Comandante da organização, passará à situação de adido ao escalão imediatamente superior, na respectiva cadeia de comando da organização.

Art. 175 - Quando designado para desempenhar comissão ou para realizar curso ou estágio de qualquer duração em organização estranha ao Ministério da Aeronáutica, o militar fica adido à Organização Militar da Aeronáutica especificada no ato de designação, observada a duração mínima de 30 (trinta) dias.

Art. 176 - Quando designado para realizar curso ou estágio de duração superior a 30 (trinta) e inferior a 180 (cento e oitenta) dias em organização do Ministério da Aeronáutica, o militar permanece no efetivo da organização a que pertence e passa a adido à organização em que for matriculado.

Art. 177 - Quando matriculado em curso ou estágio no exterior, que implique em mudança de sede, o militar ficará adido à Diretoria de Administração do Pessoal.

Art. 178 - O militar em gozo de licença por período superior a 30 (trinta) dias passará à condição de adido nos termos do artigo 218 deste Regulamento.

Art. 179 - Quando designado para comissão no exterior não prevista neste capítulo, o militar fica adido à organização especificada no ato de designação.

Art. 180 - A adição de Adidos Aeronáuticos, seus Adjuntos e Auxiliares far-se-á ao Estado-Maior da Aeronáutica.

CAPÍTULO IV **Apresentação**

Art. 181 - Apresentação é a formalidade cumprida pelo militar quando se dirige a um superior, em situação específica prevista em regulamento, ordem ou norma.

Art. 182 - De acordo com o estabelecido pelo Comandante a apresentação pode ser:

- I - verbal, feita diretamente à autoridade;
- II - por escrito, em ficha ou livro apropriado; ou
- III - verbal e por escrito.

Parágrafo único - O militar que se afastar da organização onde serve, por qualquer motivo, salvo de serviço, antes de viajar, fica obrigado a apresentar-se no órgão de pessoal de sua unidade, informando na ficha de apresentação: endereço e telefone onde possa ser localizado, ficando, neste caso, desobrigado da

apresentação no local de destino, observado o disposto no § 2º do artigo 142, deste Regulamento.

Art. 183 - Além da apresentação estabelecida em regulamento, ordem ou norma, deve o militar apresentar-se:

I - no início e no término de férias, licença e de outros afastamentos temporários do serviço;

II - antes do afastamento da organização por necessidade do serviço e por ocasião do regresso;

III - ao ser desligado da organização;

IV - ao chegar à organização para a qual foi movimentado;

V - ao passar ou assumir cargo militar;

VI - ao ser promovido;

VII - ao mudar de residência;

VIII - se oficial, diariamente, na primeira oportunidade, ao Comandante e ao Chefe imediato para cumprimentá-los.

§ 1º - O Comandante da organização pode limitar a obrigatoriedade prevista no inciso VIII deste artigo aos seus auxiliares imediatos.

§ 2º - As apresentações previstas nos incisos de I a VII deste artigo serão publicadas em boletim.

Art. 184 - A apresentação é feita durante o expediente do primeiro dia útil, exceto em situação especial, quando o militar deve apresentar-se imediatamente, mesmo fora do expediente.

Art. 185 - Na organização onde serve, a apresentação é feita:

I - pelos Oficiais, ao Comandante e à autoridade a que estiver diretamente subordinada;

II - pelas praças, ao órgão de pessoal e ao órgão que pertencer.

Art. 186 - O militar que chegar a uma organização que não a sua, se Oficial, deve apresentar-se ao Comandante; se Praça, ao órgão de pessoal, participando o motivo de sua presença.

§ 1º - Caso o Comandante não possa receber o Oficial, a apresentação far-se-á ao subcomandante.

§ 2º - No caso de militar de maior grau hierárquico que o Comandante, deve aquele dar-lhe ciência de sua presença.

§ 3º - A apresentação fora das horas de expediente é feita ao Oficial-de-Dia.

§ 4º - Quando o militar for de maior grau hierárquico, apenas comunica a sua presença, cabendo ao Oficial-de-Dia consultar se necessita da sua presença.

§ 5º - Ao deixar a organização, o militar deve retornar ao local da apresentação para dar ciência de sua saída.

Art. 187 - O militar movimentado, ao apresentar-se à organização de destino, deve fazê-lo munido dos documentos de que trata o artigo 170 deste Regulamento.

Art. 188 - No exterior, a apresentação do militar deve ser feita ao Adido Aeronáutico ou das Forças Armadas brasileiras, ou ainda, na falta destes, ao representante diplomático brasileiro, se houver.

Parágrafo único - Sempre que o militar for de grau hierárquico mais elevado que o da autoridade local, compete-lhe comunicar a esta a sua presença.

CAPÍTULO V

Substituição

Art. 189 - A substituição em organização da Aeronáutica obedece ao disposto neste Regulamento, quando, em seu próprio regulamento, não se estabelecerem normas especiais.

Art. 190 - A substituição pode ser:

I - definitiva - quando houver afastamento definitivo do detentor do cargo;

II - interina - quando, mantendo o cargo, há previsões de o militar afastar-se de suas funções por período previsto superior a 30 (trinta) dias;

III - eventual - quando o militar se afasta do cargo por período até 30 (trinta) dias.

§ 1º - A substituição interina obedece ao princípio geral de antigüidade, respeitados os quadros e especialidades.

§ 2º - A substituição por motivo de férias é eventual.

Art. 191 - Na substituição eventual responde pelo cargo o substituto legal ou na falta deste, o militar para tal designado.

Parágrafo único - Na substituição eventual do Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, responde por este cargo o Oficial-General de maior grau hierárquico em exercício de cargo no Ministério da Aeronáutica, não incluído em categoria especial.

Art. 192 - Na substituição eventual não há passagem de carga, mas o substituto por ela responderá.

Parágrafo único - Ao substituto eventual não é permitida iniciativa que venha alterar ordens expressas do titular do cargo.

Art. 193 - A substituição definitiva ou interina é publicada em boletim; a eventual, a critério do Comandante.

Art. 194 - A substituição definitiva ou interina importa na passagem da carga e dos recursos financeiros.

Art. 195 - Em cada organização, somente concorrem às substituições os militares prontos.

Art. 196 - Em tempo de paz não há substituição de oficial por praça, salvo o Aspirante-a-Oficial que, a critério do Comandante, concorre às substituições como se segundo-tenente fosse.

Art. 197 - Quando, por motivo de substituição do Comandante, permanecer na organização oficial de outro quadro de grau hierárquico superior ao do substituto, aquele fica adido ao escalão superior, continuando a prestar serviço na organização ou no órgão a que pertence.

Parágrafo único - Neste caso os pedidos de providências relacionados com o serviço de sua competência lhe serão encaminhados em forma de solicitação e não poderão deixar de ser atendidos.

CAPÍTULO VI

Falecimento de Militar

Art. 198 - As providências relativas ao óbito de militar da ativa são tomadas concomitante e coordenadamente:

I - pela organização a que o militar pertencia como efetivo ou adido;

II - pela organização em cuja área de jurisdição ocorreu o óbito;

III - por Comando Aéreo Regional, quando houver traslado do corpo para sepultamento em cemitério localizado próximo à sua sede, e for solicitado o apoio pela organização a que pertencia o militar;

IV - por organização isolada, quando houver traslado do corpo para o sepultamento em cemitério situado próximo à sua sede e for solicitado o apoio pela organização a que pertencia o militar.

Parágrafo único - Para cumprimento do disposto neste artigo, cada Comando Aéreo Regional deverá providenciar NPA contendo todos os procedimentos necessários e adequados às facilidades e peculiaridades da Região, de forma a possibilitar a agilização e a padronização de todo o processo de sepultamento.

Art. 199 - Falecido o militar da ativa, a organização em cuja área de jurisdição tenha ocorrido o óbito, ou aquela que dele tenha tomado conhecimento deve comunicar via telefone, ratificado por rádio:

I - ao Gabinete do Ministro da Aeronáutica;

II - ao Comando-Geral do Pessoal;

III - à organização a qual pertencia o morto.

Art. 200 - A organização a que pertencia o militar deve comunicar o óbito aos seus escalões superiores, à Comissão de

Promoções de Oficiais, se Oficial da ativa, e à Diretoria de Administração do Pessoal, se praças.

Art. 201 - Da mensagem rádio, devem constar:

I - posto ou graduação, quadro ou especialidade e nome por extenso do militar falecido;

II - se o óbito ocorreu em serviço ou não;

III - se possível, a "causa mortis"; e

IV - outros dados julgados necessários.

Art. 202 - A participação à família e as providências quanto ao velório, ao translado do corpo, às honras fúnebres, aos atos religiosos e ao sepultamento competem à organização a que pertencia o militar.

§ 1º - Quando qualquer dessas atribuições deva ser desempenhada em local distante da sede da organização, esta pode solicitar a colaboração da organização sediada naquele local, que deverá atender com a devida prioridade.

§ 2º - No caso de translado do corpo para sepultamento em área jurisdicionada a outra organização, as providências referentes aos incisos III e IV do artigo 198, são precedidas de mensagem rádio da organização a que o militar pertencia informando:

I - apoio pretendido;

II - posto ou graduação e nome completo do morto;

III - local, data e hora da chegada do corpo;

IV - cemitério e hora desejada para o sepultamento;

V - honras fúnebres e atos religiosos desejados;

VI - número provável de acompanhantes.

Art. 203 - Cabe ao Comandante da organização a que pertencia o militar falecido:

I - fazer a comunicação pessoal do óbito à sua família; ou se preferir, designar um representante para fazê-lo;

II - consultar os familiares quanto ao local e hora para o sepultamento e se desejam honras fúnebres e atos religiosos;

III - dar conhecimento à família de que o sepultamento, as honras fúnebres e os atos religiosos serão providenciados, de acordo com a legislação em vigor, pelo Ministério da Aeronáutica, salvo se a família o dispensar;

IV - instruir a família, quanto ao auxílio para custear as despesas com o funeral;

Art. 204 - Em cada organização haverá uma comissão permanente, subordinada ao órgão responsável pela administração de

peçoal, para o trato das providências relativas ao falecimento de militares da ativa.

Parágrafo único - À comissão de que trata este artigo, composta por Oficiais e Praças, compete:

I - providenciar o atestado de óbito junto ao médico responsável;

II - retirar o auxílio-funeral do falecido para custeio das despesas;

III - providenciar a certidão de óbito no cartório correspondente ao local do óbito;

IV - providenciar junto às autoridades policiais, nos casos de translado de corpo, a guia de translado;

V - providenciar urna, condução para remoção do corpo, embalsamamento, quando for o caso, e anúncios fúnebres;

VI - coordenar as providências referentes ao velório, honras fúnebres e atos religiosos;

VII - comunicar às autoridades locais da Aeronáutica e outras, a data, a hora e local do sepultamento;

VIII - entregar à família do morto cópias da certidão de óbito, bem como os recibos das despesas realizadas, e saldo, se houver, do auxílio-funeral;

IX - comunicar à família, por escrito, a circunscrição onde foi registrado o óbito, cemitério, número da sepultura e quadra onde foi efetuado o sepultamento;

X - providenciar o processo para habilitação da pensão militar e seguros de vida existentes, efetuando o devido acompanhamento nas organizações responsáveis; e

XI - prestar o apoio necessário por determinação do Comandante da organização, nos casos previstos no artigo 198.

Art. 205 - Os convites para o sepultamento e para os atos religiosos, em caso de falecimento em serviço, são feitos sempre em nome da maior autoridade da Aeronáutica existente na localidade onde se realizam estes atos.

Art. 206 - As organizações sediadas na localidade onde se realizarem as cerimônias fúnebres (velório, sepultamento e atos religiosos) devem fazer-se representar por comissão compostas por Oficiais e Praças.

Art. 207 - O sepultamento de militar falecido em acidente de aviação é feito, em princípio, na "Cripta dos Aviadores" ou em quadra reservada aos mortos em serviço aéreo, desde que haja aquiescência da família.

Art. 208 - A exumação de restos mortais de militares sepultados na "Cripta dos Aviadores" ou em sepulturas de propriedade do Ministério da Aeronáutica é providenciada pelo Ministério, desde que solicitada pelas respectivas famílias.

Art. 209 - A organização a que pertencia o militar deve remeter ao Comando-Geral do Pessoal, dentro do menor prazo possível, o seu histórico militar ou o seu respectivo complemento, para o andamento do processo de pensão militar.

CAPÍTULO VII

Arrolamento de Bens

Art. 210 - Arrolamento de Bens é o inventário dos bens deixados na organização a que pertencia o militar falecido em serviço ativo, ausente ou desaparecido.

Parágrafo único - No arrolamento de bens, são considerados os bens os particulares deixados pelo de cujus e os pertencentes à União.

Art. 211 - Para arrolar os bens é designada, em boletim, uma "Comissão de Arrolamento" composta de dois Oficiais e um Sargento que será o escrivão.

Art. 212 - Feito o arrolamento, a comissão reúne os bens particulares em local adequado, lacrando-os a seguir.

Parágrafo único - O lacre só pode ser retirado para entrega dos bens a quem de direito, por ordem do Comandante.

Art. 213 - Os bens pertencentes à União são arrolados em separado, os quais são entregues, mediante recibo, à autoridade competente.

Art. 214 - Terminados os trabalhos da "Comissão de Arrolamento", o seu presidente redige os "Termos de Arrolamento de Bens", de acordo com os modelos previstos.

Art. 215 - O "Termo de Arrolamento de Bens" é feito em duas vias; o original fica na organização, no qual é passado o recibo pela pessoa legalmente habilitada a recebê-lo; a segunda via é entregue juntamente com os bens arrolados.

Parágrafo único - O Termo de Arrolamento de Bens será publicado no boletim interno da organização que o elaborou.

TÍTULO V

Afastamentos Temporários de Serviço

CAPÍTULO I

Licenças

Art. 216 - Licença é a autorização para o afastamento total do serviço, em caráter temporário, concedida ao militar, obedecidas as disposições legais e regulamentares.

Art. 217 - São modalidades de licença:

I - especial;

II - para tratar de interesse particular;

III - para tratamento de saúde própria;

IV - para tratamento de saúde de pessoa da família;

V - à gestante; e

VI - paternidade.

Parágrafo único - Toda concessão de licença deve ser homologada através da publicação em boletim.

Art. 218 - Uma vez concedida qualquer licença constante deste capítulo com duração superior a 30 (trinta) dias, o militar é exonerado do cargo, ou dispensado das funções que exerce, é excluído do efetivo e passa à situação de adido à mesma organização.

Art. 219 - A data de entrada do militar em qualquer licença constante deste capítulo, nos termos do artigo anterior, e da sua apresentação no regresso são comunicadas, via rádio, à Diretoria de Administração do Pessoal.

Licença Especial

Art. 220 - Licença especial é a autorização para afastamento total do serviço, relativa a cada decênio de tempo de efetivo serviço prestado, concedida ao militar que a requeira, sem que implique em qualquer restrição para a sua carreira.

§ 1º - A licença de que trata este artigo tem a duração de 6 (seis) meses a ser gozada de uma só vez ou parceladamente em períodos de 2 (dois) ou 3 (três) meses por ano civil, quando solicitado pelo interessado e julgado conveniente pela autoridade competente.

§ 2º - O militar que tiver direito a mais de um período de licença especial pode gozá-los seguidamente.

Art. 221 - São autoridades competentes para conceder licença especial:

I - o Ministro da Aeronáutica - aos Oficiais-Generais que lhe são diretamente subordinados;

II - os Comandantes de organizações - aos militares que lhe são diretamente subordinados.

Art. 222 - Para entrar em gozo de licença especial, o militar deve requerer à autoridade competente nos meses de maio e novembro.

§ 1º - No requerimento deve ser declarado o período (ou períodos) que deseja gozar, a data (ou datas) de início e localidade ou localidades onde pretende permanecer durante a licença.

§ 2º - Para tratamento da própria saúde ou de pessoa da família comprovados por Junta de Saúde da Aeronáutica - pode o

militar requerer licença especial e iniciá-la em qualquer época do ano, independentemente do plano publicado.

Art. 223 - Deferidos os requerimentos, a organização elabora, na primeira quinzena de junho e dezembro, o plano de concessão da licença especial, onde devem constar, além do nome, as datas de início e de término da respectiva licença.

Parágrafo único - O plano de licença especial deve, tanto quanto possível, levar em consideração as preferências do militar, devendo ser publicado no boletim da organização, no início da 2ª quinzena de junho e dezembro do ano considerado.

Art. 224 - Aprovado o plano, o militar entra no gozo da licença, na data fixada, podendo interrompê-la, voluntariamente, cumpridos períodos de dois ou três meses.

Art. 225 - O período de gozo da licença especial não interrompe a contagem do tempo de serviço referente a novo decênio.

Art. 226 - É assegurado o direito de gozo de licença especial, no período concedido, ao militar que tendo o seu requerimento deferido, vier a ser movimentado.

Art. 227 - São autoridades competentes para autorizar o militar a gozar licença especial no exterior as constantes dos incisos I, II e III do artigo 260.

Art. 228 - A licença especial pode ser interrompida a pedido ou nas seguintes situações:

I - em caso de mobilização e estado de guerra;

II - em caso de decretação de estado de defesa ou estado de sítio;

III - para cumprimento de sentença que importe em restrição da liberdade individual;

IV - para cumprimento da punição disciplinar;

V - em caso de denúncia ou pronúncia em processo criminal ou indicação em inquérito policial militar a juízo da autoridade que efetuou a denúncia, a pronúncia ou a indicição.

Art. 229 - Cessado o motivo da interrupção da licença especial, o militar retorna ao seu gozo até completar o período total que lhe foi concedido.

Licença para tratar de interesse particular

Art. 230 - Licença para tratar de interesse particular é a autorização para o afastamento total do serviço concedida ao militar com mais de dez anos de efetivo serviço que a requeira.

Art. 231 - A licença para tratar de interesse particular é concedida quando convier ao Ministério da Aeronáutica e terá duração máxima de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, observados os termos do Estatuto dos Militares.

Art. 232 - A licença para tratar de interesse particular e não remunerada e interrompe a contagem de tempo de serviço, salvo neste último caso, para fins de indicação para a quota compulsória.

Art. 233 - A concessão da licença para tratar de interesse particular se dá mediante requerimento do interessado:

I - pelo Ministro da Aeronáutica aos Oficiais-Generais que lhe são diretamente subordinados;

II - pelo Comandante-Geral do Pessoal aos demais militares.

Art. 234 - A licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do militar ou no interesse do serviço.

Art. 235 - À licença para tratar de interesse particular aplica-se o disposto nos artigos 228 e 229.

Licença para Tratamento de Saúde

Art. 236 - Licença para tratamento de saúde é o afastamento total do serviço concedido ao militar mediante parecer de Junta de Saúde da Aeronáutica.

Art. 237 - A licença tem duração mínima de 15 (quinze) dias e máxima de 6 (seis) meses, prorrogáveis por períodos de iguais limites.

Art. 238 - A licença é concedida pelas autoridades constante do artigo 221 e publicada no boletim da organização.

Art. 239 - Terminada a licença, o militar deve ser imediatamente submetido à Junta de Saúde.

Parágrafo único - No caso de necessidade de nova licença, esta terá início na data imediata ao término da anterior.

Art. 240 - A data de início da licença deve constar do parecer da Junta de Saúde.

Art. 241 - A autoridade que conceder licença deverá comunicá-la à Comissão de Promoções de Oficiais se tratar de oficial ou Aspirante-a-Oficial e à Diretoria de Administração do Pessoal quando se tratar de graduados.

Art. 242 - Licença para tratamento de saúde de pessoa da família é o afastamento total do serviço concedido ao militar para atender aos encargos decorrentes de doença em pessoa de sua família.

Parágrafo único - Para efeito desta licença, são consideradas pessoas da família do militar aquelas elencadas no Estatuto dos Militares.

Art. 243 - Esta licença é concedida mediante requerimento do interessado, ao qual deve ser anexado parecer de Junta de Saúde da Aeronáutica, declarando ser necessário, o acompanhamento do militar junto à pessoa doente.

Art. 244 - São autoridades competentes para concessão da licença de que trata o artigo anterior, as constantes do artigo 221.

Art. 245 - A duração máxima da licença é de 6 (seis) meses.

Art. 246 - As datas de início e de término da licença devem constar do deferimento do requerimento, e ser publicadas em boletim da organização.

Art. 247 - Havendo necessidade de nova licença, o processo é reiniciado da mesma forma que lhe deu início.

Licença à Gestante

Art. 248 - Licença à gestante é o afastamento total do serviço concedido à militar para atender aos encargos decorrentes do nascimento do seu filho, sem prejuízo da remuneração, nos termos da Constituição Federal.

Art. 249 - A licença de que trata o artigo anterior tem duração de 120 (cento e vinte) dias e será concedida pelo Comandante da organização, observadas as seguintes normas:

I - a critério da gestante, poderá ter início no primeiro dia do nono mês de gestação, salvo antecipação por prescrição médica;

II - em havendo nascimento prematuro, a licença terá início a partir do parto;

III - no caso de natimorto, decorridos 30 (trinta) dias do evento, a parturiente será submetida a exame médico e, se julgada apta, reassumirá as suas funções; e

IV - ocorrendo aborto involuntário, atestado por Junta Médica da Aeronáutica, a parturiente terá direito a 30 (trinta) dias de repouso remunerado.

Licença Paternidade

Art. 250 - Licença paternidade é a autorização para o afastamento total do serviço concedida pelo Comandante ao militar por ocasião do nascimento de seu filho.

Parágrafo único - A licença paternidade terá duração de 5 (cinco) dias.

CAPÍTULO II

Férias

Art. 251 - Férias é o afastamento total do serviço, anual e obrigatório, concedido ao militar para descanso, a partir do último mês do ano a que se refere e durante todo o ano seguinte.

§ 1º - As férias não podem ser negadas por motivo de acúmulo de encargos, por necessidade do serviço ou devido a punições disciplinares.

§ 2º - As férias militares têm duração de 30 (trinta) dias.

§ 3º - O primeiro período de aquisição do direito às férias corresponde a 12 (doze) meses contínuos de serviço.

Art. 252 - As férias referem-se ao ano civil em que foi adquirido o direito a elas.

Art. 253 - A concessão de férias ao militar é da competência do Comandante da organização.

Parágrafo único - A concessão de férias a Comandante de organização é da competência da autoridade a que estiver diretamente subordinado administrativamente.

Art. 254 - Na concessão de férias, deve ser observado, além do previsto neste Regulamento, o disposto na Lei de Remuneração dos Militares.

Art. 255 - O militar que opera raios-X, ou substâncias radioativas, próximo às fontes de radiação, por um semestre ininterrupto, tem direito a um período de 20 (vinte) dias consecutivos de férias, não acumuláveis, a serem gozadas logo após o término daquele semestre.

Art. 256 - O militar incorporado faz jus às férias referentes ao ano em que tenha servido integralmente.

Parágrafo único - Ocorrendo o licenciamento antes do término do ano da referência, o militar não fará jus a férias.

Art. 257 - O militar que servir em localidade especial, assim definida pelo Poder Executivo, tem direito a um adicional correspondente aos dias de viagem até o local de destino e de regresso à sede, até um limite de 15 (quinze) dias, caso vá gozar as férias fora da sede.

Art. 258 - As organizações estabelecerão o plano de férias levando em consideração o interesse do serviço e, tanto quanto possível, o do militar.

Art. 259 - O militar pode gozar suas férias no exterior, mediante solicitação à autoridade competente.

Art. 260 - São autoridades competentes para conceder a autorização de que trata o artigo anterior:

I - o Ministro da Aeronáutica - para os Tenentes-Brigadeiros;

II - os Comandante do Comando-Geral do Pessoal - para os Majores-Brigadeiros e Brigadeiros;

III - os Comandantes de organizações - para os demais militares que lhe são diretamente subordinados.

Art. 261 - Com exceção do previsto no artigo 257, deste capítulo, o período de férias inclui o tempo que for gasto em viagem dela decorrente.

Art. 262 - As férias se interrompem automaticamente por motivo de prontidão total.

Art. 263 - Além do motivo previsto no artigo anterior, as férias podem ser interrompidas, ou não concedidas dentro do período previsto no artigo 251, por determinação ou autorização do Ministro da Aeronáutica nos casos de interesse da segurança nacional, de manutenção da ordem; ou de extrema necessidade do serviço, de transferência para inatividade, ou para cumprimento de punição decorrente de contravenção ou de transgressão disciplinar de natureza grave e em caso de baixa a hospital.

Parágrafo único - Ocorrendo a suspensão das férias, nos termos do caput deste artigo, este fato deve ser publicado no boletim interno da organização a que pertence o militar para registro nos seus assentamentos, e para assegurar direitos.

Art. 264 - Publicado em Boletim Interno o ato de movimentação, as férias a que tem direito o militar serão concedidas pela organização de destino.

Art. 265 - Não se concedem férias a militar após o ato de exclusão até a sua apresentação na organização de destino.

Art. 266 - O militar cuja movimentação tenha sido publicada em boletim da organização, encontrando-se em gozo de férias, deve completá-las.

Art. 267 - As férias de militares alunos são estabelecidas nos regulamentos ou regimentos dos estabelecimentos de ensino.

Art. 268 - Os militares alunos que concluírem cursos ou forem desligados por qualquer outro motivo de um estabelecimento de ensino têm suas férias concedidas pela autoridade à qual ficarão subordinados.

Art. 269 - O militar perde o direito às férias relativas ao ano civil quando:

I - for condenado, por sentença passada em julgado, à pena restritiva de liberdade, desde que não tenha sido concedida suspensão condicional da pena;

II - for condenado, por sentença passada em julgado, à pena de suspensão do exercício do cargo ou função;

III - gozar 30 (trinta) dias ou mais consecutivas ou não, de licença para tratar de interesse particular.

Art. 270 - A concessão de férias a militar indiciado em Inquérito Policial Militar, submetido a Conselho de Justificação, Conselho de Disciplina ou respondendo a processo, depende da prévia concordância da autoridade que presidir tais atos.

Art. 271 - O militar em serviço da União no exterior, em missão de prazo igual ou superior a 1 (um) ano, tem direito a um período de férias para cada ano de comissão.

§ 1º - O militar desejando gozar estas férias fora do país onde exerce seu cargo deverá obter, previamente, a permissão da autoridade a que estiver adido.

§ 2º - Quando o militar não gozar um período de férias dentro do prazo de sua missão, poderá fazê-lo:

I - no Brasil, após seu regresso; ou

II - no exterior, na forma do artigo 272.

Art. 272 - O militar a serviço da União, no exterior, em missão de prazo inferior a um ano, pode gozar as férias a que tiver direito antes de seu regresso ao Brasil mediante:

I - prévia concessão das férias pela autoridade a que estiver vinculado; e

II - autorização para gozá-las no exterior, concedida pelas autoridades constantes do artigo 260.

Parágrafo único - O militar, no gozo das férias de que trata este artigo, não tem direito a retribuição no exterior, não sendo computável este tempo como período no estrangeiro para todo e qualquer efeito.

CAPÍTULO III

Dispensa do Serviço

Art. 273 - Dispensa do serviço é autorização concedida ao militar para afastamento total do serviço em caráter temporário.

Art. 274 - A dispensa do serviço pode ser concedida ao militar:

I - como recompensa;

II - para desconto em férias; ou

III - em decorrência de prescrição médica.

Parágrafo único - As dispensas do serviço relativas aos incisos I e II deste artigo podem ser gozadas no exterior, mediante autorização da autoridade competente, constante do artigo 260 deste Regulamento.

Dispensa como Recompensa

Art. 275 - A dispensa do serviço como recompensa é concedida como reconhecimento aos bons serviços prestados pelo militar.

Art. 276 - A dispensa do serviço como recompensa pode ser concedida aos militares que lhes são subordinados, dentro dos limites previstos, pelas seguintes autoridades:

I - Ministro da Aeronáutica até 30 (trinta) dias;

II - Oficiais em função de:

- a) Tenente-Brigadeiro - até 25 (vinte e cinco) dias;
- b) Major-Brigadeiro - até 20 (vinte) dias;
- c) Brigadeiro - até 15 (quinze) dias;
- d) Coronel - até 10 (dez) dias;
- e) Tenente-Coronel - até 8 (oito) dias;
- f) Major - até 6 (seis) dias; e
- g) Capitão - até 3 (três) dias.

Parágrafo único - A dispensa concedida por oficiais de uma organização depende da prévia aprovação do Comandante dessa organização.

Dispensa para Desconto em Férias

Art. 277 - A dispensa do serviço para desconto em férias é concedida, a critério do Comandante, ao militar que a solicitar e será descontada do período de férias a que o militar tenha ou venha a ter direito.

Dispensa em Decorrência de Prescrição Médica

Art. 278 - A dispensa do serviço em decorrência de prescrição médica é concedida pelo Comandante, por indicação do órgão de saúde, até o limite de quinze dias, prorrogáveis por igual período, apenas uma vez.

Art. 279 - Toda dispensa concedida pela organização deve ser publicada em boletim especificando o tipo (recompensa, para desconto em férias, ou por prescrição médica), data de início e duração.

CAPÍTULO IV**Núpcias, Luto, Instalação e Trânsito**

Art. 280 - O militar tem direito aos seguintes períodos de afastamento total do serviço, obedecidas as disposições legais e regulamentares, por motivo de:

- I - núpcias: 8 (oito) dias;
- II - luto: 8 (oito) dias;
- III - trânsito: até 30 (trinta) dias; e
- IV - instalação: até 10 (dez) dias.

Núpcias

Art. 281 - O afastamento total do serviço por motivo de núpcias é concedido pelo Comandante, devendo ser solicitado, pelo interessado, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Luto

Art. 282 - O afastamento total do serviço por motivo de luto é concedido pelo Comandante tão logo tenha conhecimento do óbito do cônjuge, de pais, sogros, filhos ou irmãos do militar.

Parágrafo único. Esse afastamento é concedido a contar da data do óbito.

Trânsito

Art. 283 - Trânsito é o afastamento total do serviço, concedido ao militar quando movimentado de uma localidade para outra.

Art. 284 - O trânsito é concedido pelo Comandante da organização a que pertencia o militar movimentado, e tem início no dia seguinte ao desligamento do militar e finda quando esgotados os dias de trânsito concedidos.

Art. 285 - Na concessão de trânsito, devem ser levados em consideração o número de dependentes do militar, os meios de transporte, a duração da viagem e outros fatores que influam no tempo de que o militar necessita para chegar ao destino.

Art. 286 - Não se concede trânsito a militar movimentado entre organizações situadas na mesma localidade.

Art. 287 - O militar, que em trânsito baixar em hospital ou enfermaria, tem o trânsito interrompido, reiniciando-o após a alta, salvo prescrição médica em contrário.

Art. 288 - O trânsito para militares designados para missão no exterior, tanto na ida quanto no regresso, tem a duração de:

I - até 15 (quinze) dias, quando a missão for de duração inferior a 6 (seis) meses; e

II - até 30 (trinta) dias, quando a missão for de duração igual ou superior a 6 (seis) meses.

Parágrafo único - Em casos especiais, por concessão do Ministro da Aeronáutica, o limite do inciso I, deste artigo, pode ser ampliado, respeitado o limite máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 289 - A contagem do trânsito a que se refere o artigo anterior se inicia na data do desligamento da organização ou da sua comunicação oficial à autoridade competente do término da missão.

Instalação

Art. 290 - Instalação é o afastamento total do serviço concedido ao militar para atender a necessidades decorrentes de sua mudança de residência em virtude de movimentação.

Art. 291 - A instalação é concedida pelo Comandante da organização de destino, observado o limite estabelecido no inciso IV do artigo 280.

Art. 292 - O direito de instalação se estende ao militar movimentado dentro de uma mesma localidade, com obrigatoriedade de mudança de residência.

Art. 293 - Transcorridos 90 (noventa) dias da apresentação do militar à organização de destino, cessa o direito à instalação.

Art. 294 - A instalação do militar designado para missão no exterior é fixada em:

- I - 10 (dez) dias, se acompanhado de seus dependentes; e
- II - 4 (quatro) dias, quando desacompanhado.

TÍTULO VI Guarnição

CAPÍTULO ÚNICO Guarnição

Art. 295 - Guarnição é o conjunto de organizações militares existentes em uma localidade as quais, por determinação ministerial, são consideradas, para determinados fins, como constituindo um todo.

§ 1º - A guarnição é constituída por ato do Ministro da Aeronáutica, mediante proposta do Estado-Maior da Aeronáutica e toma, em princípio, a denominação da localidade onde fica a sede do respectivo comando.

§ 2º - No ato de constituição de uma guarnição, deve constar:

- I - nome da guarnição;
- II - a sede da guarnição;
- III - as organizações que a compõem;
- IV - a finalidade para a qual foi constituída; e
- V - a área de jurisdição.

§ 3º - Quando necessário, pode haver mais de uma guarnição na mesma localidade.

Art. 296 - A constituição da guarnição tem como finalidade estabelecer a unidade de comando para: segurança interna, disciplina, protocolo e cerimonial, atividades esportivas e outros assuntos de interesse das organizações que a compõem.

Art. 297 - O comando da guarnição compete ao Oficial do Quadro de Oficiais Aviadores de maior grau hierárquico do efetivo das organizações que a compõem.

§ 1º - O comando da guarnição é exercido cumulativamente com o cargo que o oficial designado já exerce.

§ 2º - A substituição do Comandante da guarnição obedece à precedência hierárquica entre Oficiais do Quadro de Oficiais Aviadores prontos na guarnição, observado o disposto no artigo 197 deste Regulamento.

Art. 298 - As ordens que digam respeito à guarnição são publicadas no boletim da organização cujo Comandante estiver no comando desta, devendo, neste caso, ser remetidas cópias do boletim às organizações que a compõem.

Art. 299 - Para o serviço de escala da guarnição, concorrem os militares das organizações que a compõem.

Parágrafo único - Quando existir Superior-de-Dia em uma guarnição, deve ser observado o prescrito nos artigos 35 a 39 deste Regulamento e seus parágrafos.

Art. 300 - A tropa empregada em serviço de guarnição fica subordinada ao Superior-de-Dia dessa guarnição.

Art. 301 - Além do previsto neste Regulamento, em cada caso, o Comandante de guarnição baixa instruções, regulando os serviços da guarnição, sem contrariar o estabelecido neste Regulamento.

Art. 302 - O serviço de escala da guarnição obedece no que couber, o disposto nos Capítulos I a IX do Título II deste Regulamento.

TÍTULO VII

Assuntos Gerais

CAPÍTULO I

Galeria de Retratos

Art. 303 - Nas organizações da Aeronáutica devem existir os retratos:

I - do Presidente da República;

II - do Ministro da Aeronáutica;

III - do Marechal-do-Ar Alberto Santos Dumont, Patrono da Aeronáutica e Pai da Aviação;

IV - do Marechal-do-Ar Eduardo Gomes, Patrono da Força Aérea;

V - do Dr. Joaquim Pedro Salgado Filho, primeiro Ministro da Aeronáutica; e

VI - dos ex-Comandantes da organização nomeados que tenham exercido o cargo.

§ 1º - Os retratos previstos nos incisos I, II, III, IV e V ficam na sala do Comandante, e, sempre que possível, na seguinte disposição:

I - os retratos previstos nos incisos I e II ficam em posição de destaque, sendo o I colocado à direita do II (vide anexo 4); e

II - os retratos previstos em III, IV e V ficam destacados do conjunto supracitado e, de preferência, colocados em outra

parede do mesmo recinto, dispondo-se o III ao centro, o IV à direita e o V à esquerda; todos na mesma altura (vide anexo 4).

§ 2º - Os retratos previstos em VI ficam em recinto de destaque da organização, como seja: salão nobre, sala de recepção, biblioteca ou na sala do Comandante, se esta os comportar.

§ 3º - No Gabinete do Ministro, em recinto de destaque, ficam os retratos de todos os Ministros da Aeronáutica, excetuados os dos que tenham sido nomeados interinamente ou respondido pelo cargo de Ministro.

Art. 304 - As fotografias previstas no artigo anterior, guarnecidas por molduras simples de madeira envernizada, têm as seguintes dimensões:

I - retrato: 40 x 50 cm com moldura de 6 cm de largura, para os casos I, II, III e IV;

II - retratos: 30 x 40 cm com moldura de 4 cm de largura, para os casos V e VI; e

III - as fotografias previstas no inciso VI do artigo anterior devem ser em cores naturais, com fundo em azul celeste, com o fotografado posicionado com a frente voltada, aproximadamente, 30º (trinta graus) para a direita, cabeça em posição vertical e com o rosto sem inclinação, voltado para a objetiva da câmara.

Parágrafo único - A fotografia deve ser com o 5º Uniforme RUMAER ou seu sucedâneo, com barretas de condecorações.

Art. 305 - Sob cada retrato e na moldura, deve ser colocada uma plaqueta medindo 8 x 2 cm, onde constará o posto e o nome do homenageado, e as datas de início e término do seu comando.

Art. 306 - A inauguração de retratos é feita com o comparecimento dos Oficiais da organização, na data em que o homenageado deixar o cargo.

Parágrafo único - Este ato deve ser publicado no boletim interno para transcrição no "Histórico da Organização".

CAPÍTULO II

Bandeira Nacional

Art. 307 - As organizações têm sob sua guarda uma Bandeira Nacional, símbolo da Pátria, destinada a estimular, entre os que se agrupam em torno dela, o elevado sentimento de sacrifício no cumprimento do dever.

Parágrafo único - O cerimonial e a forma de apresentação da Bandeira Nacional estão previstos no Regulamento de Continências, Honras e Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas e na legislação específica relativa aos Símbolos Nacionais.

Art. 308 - A Bandeira Nacional da organização é guardada no gabinete do Comandante ou no salão nobre, em armário próprio com porta envidraçada.

Parágrafo único - A Bandeira, que é presa a uma haste de madeira coberta por fita verde-amarela, é conduzida, em tempo de paz, pela tropa da organização em todas as solenidades e formaturas, exceto em manobras e exercícios.

Art. 309 - As organizações devem possuir também Bandeira Nacional para ser hasteada no mastro principal.

Parágrafo único - Quando várias bandeiras ou insígnias são hasteadas ou arriadas simultaneamente, a Bandeira Nacional é a primeira a atingir o topo e a última a dele descer, não se admitindo, no mesmo mastro, bandeira ou insígnia de dimensão superior à sua.

CAPÍTULO III

Estandartes - Insígnias de Autoridades - Brasões - Emblemas - Flâmulas

Art. 310 - As organizações possuidoras de estandarte devem conduzi-lo nas condições estabelecidas para a Bandeira Nacional, sempre a sua esquerda.

Art. 311 - O estandarte será guardado nas mesmas condições da Bandeira Nacional, ou junto a ela.

Art. 312 - As medidas do estandarte devem, tanto quanto possível, aproximar-se das dimensões da Bandeira Nacional, sem, contudo, ultrapassá-las.

Parágrafo único - Como a Bandeira, o estandarte será preso a uma haste coberta por fita de, no máximo, duas cores dentre as que em si predominam.

Art. 313 - Insígnias são distintivos militares destinados à identificação de determinada autoridade.

Art. 314 - O uso das insígnias de que trata o artigo anterior é regulado de acordo com as seguintes normas:

I - as insígnias são usadas nos mastros das organizações ou em veículos de transportes oficiais para indicar a presença de autoridade;

II - a insígnia não pode ser hasteada em plano mais elevado que o da Bandeira Nacional;

III - quando a Bandeira Nacional for hasteada a meio mastro, em sinal de luto, a insígnia deve permanecer na mesma altura da Bandeira;

IV - a insígnia é içada logo que a autoridade entra na organização e arriada à sua saída;

V - nas organizações da Aeronáutica, a insígnia do Comandante fica à esquerda da verga do mastro, ficando o lado direito reservado para a autoridade visitante:

a) a insígnia de autoridade visitante somente é hasteada se o visitante for de posto superior ao do Comandante;

b) não havendo verga no mastro, a insígnia da autoridade visitante é colocada na mesma adriça, acima da insígnia do Comandante;

c) se, nesse mesmo mastro, estiver a Bandeira Nacional, a insígnia fica a 2 (dois) metros abaixo dela;

d) considera-se "frente do mastro" o lado do mastro onde está colocada a adriça principal; e

e) considera-se "direita ou esquerda da verga" a extremidade da verga que fica à direita ou à esquerda da frente do mastro.

VI - estando presentes várias autoridades visitantes em uma mesma organização, só é içada a insígnia da de maior grau hierárquico;

VII - quando existirem mais de uma organização em uma mesma edificação, é hasteada a insígnia da autoridade de maior grau hierárquico presente; neste caso, a insígnia de visitante só é içada se este for de maior grau hierárquico que o da autoridade presente;

VIII - para o hasteamento de insígnias, não há formalidade militar, devendo, nas organizações, ser efetuado pelo militar para isso designado;

IX - as insígnias são içadas somente no período compreendido entre o toque de alvorada e as dezoito horas, mesmo nos dias em que não houver expediente;

X - quando o Comandante residir na área da organização, sua insígnia só será içada quando ele comparecer aos trabalhos diurnos; e

XI - nos veículos de transportes (carros, embarcações e aeronaves) a insígnia do comandante será colocada em local visível e adrede preparado.

Art. 315 - As insígnias em uso no Ministério da Aeronáutica são as seguintes:

I - de Presidente da República;

II - de Vice-Presidente da República;

III - do Ministro da Aeronáutica;

IV - de Marechal-do-Ar;

V - de Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica;

VI - de Tenente-Brigadeiro;

VII - de Major-Brigadeiro;

VIII - de Brigadeiro;

IX - de Coronel;

X - de Tenente-Coronel;

XI - de Major;

XII de Capitão.

§ 1º - As Organizações da Aeronáutica deverão possuir as insígnias do Comandante e de seu substituto imediato, além daquelas que a prática recomendar como de uso freqüente.

§ 2º - As Organizações isoladas, além do disposto no § 1º, deverão dispor das seguintes insígnias:

I - de Ministro da Aeronáutica;

II - de Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica;

III - de Tenente-Brigadeiro;

IV - de Major-Brigadeiro; e

V - de Brigadeiro.

§ 3º - Os Comandos Aéreos Regionais deverão possuir, à exceção da insígnia de Marechal-do-Ar, uma coletânea completa de insígnias para emprestar as Organizações Militares de sua área de jurisdição, quando se fizer necessário.

Art. 316 - Quando uma organização for visitada por autoridade de outra Força Armada, nacional ou estrangeira, hierarquicamente superior ao Comandante, será içada a insígnia da Aeronáutica correspondente ao cargo ou posto daquela autoridade.

Art. 317 - O brasão representa um motivo ou fato que lembra a missão ou certas características de determinada instituição dentro das convenções da Heráldica.

Parágrafo único - No Ministério da Aeronáutica haverá um só brasão, dele privativo, que representará todas as suas organizações militares.

Art. 318 - Os emblemas do Ministério da Aeronáutica serão criados pelas organizações e órgãos, e terão por finalidade a representação simbólica de sua missão, histórico e fatos marcantes.

Art. 319 - As organizações da Aeronáutica possuidoras de estandarte podem possuir flâmulas a ele correspondentes.

Art. 320 - As normas elaboradas pelo órgão central do Sistema de Cerimonial, e aprovadas pelo Ministro da Aeronáutica, detalham a execução do previsto neste Capítulo.

CAPÍTULO IV Centros Sociais

Art. 321 - Centros Sociais são dependências da organização destinadas à recreação nas horas de lazer.

Art. 322 - As organizações devem, dentro de suas possibilidades, possuir locais destinados ao funcionamento de centros sociais para oficiais, para suboficiais e sargentos, e para cabos, soldados e taifeiros.

Parágrafo único - Os servidores civis poderão freqüentar os centros sociais, obedecida a equivalência dos respectivos níveis.

Art. 323 - Ligados aos centros sociais e dentro das possibilidades de cada organização podem existir locais destinados prioritariamente à hospedagem dos militares do Ministério da Aeronáutica e de suas famílias, quando em trânsito.

Art. 324 - Os centros sociais regem-se por instruções aprovadas pelo Comandante, tendo em vista a situação particular de cada organização e são dirigidos por militares por ele designados.

Art. 325 - Havendo necessidade e possibilidade as organizações podem ter, além de centros sociais, barbearias, sapatarias, lavanderias e outras facilidades destinadas ao seu pessoal.

CAPÍTULO V

Disposições Finais

Art. 326 - Os casos não previstos serão submetidos à apreciação do Ministro da Aeronáutica.

FICHA DE APRESENTAÇÃO

NOME

ANEXO 2

(NOME DA ORGANIZAÇÃO)

FOLHA DE REGISTRO DE ENTRADA

HORA	GRADUAÇÃO	NÚMERO	SUBUNIDADE	NOME

ANEXO 4

QUADRO DE RETRATOS

PRESIDENTE
DA
REPÚBLICA

MINISTRO

EDUARDO
GOMES

SANTOS
DUMONT

SALGADO
FILHO